



Antologia Histórica

ABH
Academia
Barramansense
de História

17 Abril
1723.

Antologia Histórica

Academia Barramansense de História

1ª Edição
Gráfica e Editora Irmãos Drumond LTDA.
Barra Mansa - RJ
2016

Organização
Nikson Salem

Diagramação
Rozan Silva

Capa

Mapa Mundi. Autor: Guillaume Delisle - 1720

Email. abhistoria@gmail.com - Tel.: 998378757

Facebook: academiabarramansensedehistória

Catálogo na Fonte

Margareth Magalhães – CRB 7/5408

A634 Antologia histórica / Nikson Salem (organizador). Barra Mansa (RJ): Gráfica Irmãos Drumond, 2016. 100p.; il.

1. Literatura brasileira. 2. Barra Mansa (RJ) – histórias.
3. Academia Barramansense de História (ABH). I. Título.

CDD B869.3

DIRETORIA ABH – 2016 / 2017

Nikson Salem – Presidente

Dulce Rodrigues – Vice-presidente

Rozan Silva – 1º Secretário

Aída Goulart – 2º Secretário

Ana Vitalina – 1º Tesoureiro

Eduardo Wernech – 2º Tesoureiro

Danielle Fidelis – Diretora de Projetos

Aloísio Lélis de Paula – Diretor de Promoção Social

Thaís Ribeiro – Diretora de Patrimônio

Rozan Silva – Mestre de Cerimônias

Ivan Marcelino de Campos – Conselheiro Fiscal

Alzira Ramos – Conselheiro Fiscal

Protógenes Gomes – Conselheiro Fiscal

Hino à Barra Mansa

Letra: Professor Henrique Zamith

Música: Maestro Izídio Moura

Vivo seja teu nome esculpido
No granito das rochas sem par,
E por todos co'amor repetido,
Como preces diante do altar!
Cada lábio o murmure e um hino
E ele seja e o suave penhor
Dum afeto tão grande e divino,
Tão sublime e mais puro que o amor!

Barra Mansa! Barra Mansa!
Glória a ti! Hosana mil!
Lembras suave esperança
Num recanto do Brasil!

Tua glória, fulgindo brilhante,
Com mais vivo fulgor e mais luz,
Repercute no vale distante,
Vai além desses céus mais azuis!
Vai além desses montes e fala
Da existência de um povo a lutar,
Do teu povo feliz, que se iguala
aos titans no feroz batalhar!

Barra Mansa! Barra Mansa!
Glória a ti! Hosana mil!
Lembras suave esperança
Num recanto do Brasil!

O teu nome também nos recorda
Um murmúrio suave, um perdão,
Um carinho que terno transborda
De teus filhos no teu coração!
Ele lembra também a meiguice,
À beleza, a grandeza moral
Das mulheres que tens, a ledice
À pureza sem par de Vestal!

Barra Mansa! Barra Mansa!
Glória a ti! Hosana mil!
Lembras suave esperança
Num recanto do Brasil!

Do criador, já a mão justiceira
Teu destino no tempo traçou...
Barra Mansa, serás a primeira
Pelos bens que o Senhor te doou!
Cada etapa vencida em peleja
Traga sempre uma glória melhor,
Uma glória mais santa e que seja,
Entre todo o triunfo o maior!

Barra Mansa! Barra Mansa!
Glória a ti! Hosana mil!
Lembras suave esperança
Num recanto do Brasil!



Descrição do Brasão da ABH:

1 - Escudo de formato com base redonda, português clássico, lembrando nossa tradição lusa e a colonização do Brasil. Em destaque, à frente, e em cima o nome “Academia Barramansense de História”, ainda sobrepondo abaixo, a sigla A.B.H. e ao meio a Pena que simboliza a arte da escrita com o sentido de homenagear os que aqui descreveram a nossa história, ao fundo sobressai o verde de nosso majestoso vale, cortado por águas límpidas do nosso principal manancial, o Rio Paraíba do Sul, e refletido no céu, o amarelo do nascer do sol representando a vida.

2 - Dois festões guarnecem o escudo, sendo eles ramos de café frutificado, produto agrícola que já sustentou a economia de Barra Mansa e do nosso amado Brasil.

3 - Um listel, em caracteres na cor preto, com os seguintes dizeres: “Fundada em 15 de outubro de 1998”, a faixa é azul e vazada em branco.

4 - Divisa entre os Festões: “ACTIONES - VERITAS - LUX” - Ação - Verdade e Luz.

Criação: Eduardo Augusto Silva Wernech

Supervisão: Clécio Penedo

Acompanhamento: Alan Carlos Rocha e José Gentil Filho

Ata de Fundação da Academia Barramansense de História

Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se em assembleia, na sede da Associação Comercial, Industrial, Agropastoril e Prestadora de Serviços de Barra Mansa (ACIAP), sita na Avenida Domingos Mariano, 196, centro, várias pessoas ligadas ao mundo cultural, com a finalidade de fundar a Academia Barramansense de História. Foi convidado para presidir a assembleia o Cel. Cláudio Moreira Bento, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, que convidou o jornalista José Gentil Filho para secretariar os trabalhos. Instalando-se oficialmente a assembleia solicitou ao secretário para ler a Ordem do Dia, constante no Edital publicado no jornal O Líder, de 16 a 30 de setembro de 1998, cujo teor é o seguinte: “Edital – Por este instrumento, ficam convocados todas as pessoas de nossa cidade, interessadas na preservação da memória barra-mansense, para se reunirem em Assembleia Geral, no dia 15 de outubro de 1998, quinta-feira, às 19h.30min., no salão da ACIAP, na Avenida Domingos Mariano, 196, centro de Barra Mansa, com a seguinte Ordem do Dia: 1 - fundação da Academia Barramansense de História; 2 - leitura e aprovação dos Estatutos; 3 - eleição da diretoria executiva e conselho fiscal; 4 - assuntos gerais. Passando ao primeiro item do Edital, o presidente da assembleia informou aos presentes que a finalidade da assembleia era promover a constituição da Academia Barramansense de História. Em seguida, passando ao segundo item, convocou o secretário jornalista José Gentil Filho para proceder a leitura do estatuto da Academia Barramansense de História, o que foi feito. Após a leitura do estatuto, o presidente colocou em discussão, tendo sido aprovado por unanimidade. A seguir, o presidente passou ao terceiro item, que trata da eleição da diretoria e do conselho fiscal. O presidente da assembleia solicitou ao secretário para proceder a leitura da chapa única

registrada, que ficou assim constituída para a diretoria executiva: presidente Alan Carlos Rocha; vice-presidente Eliette Ferreira; secretário José Gentil Filho; tesoureiro Eduardo Augusto Silva Wernech; diretor de patrimônio José Fleming e diretor social Aparício Guilherme Braz, tendo como suplentes Francis Bullos, Matilde Diniz Lacerda e J.M. do Lago Leal. Para o conselho fiscal apresentaram-se os seguintes nomes: José Carlos Franco Faria, Wilson Deslande e Neuza Caçado, tendo como suplentes Moacyr Arthur Chiesse e Álvaro Luiz Carelli Pereira. Após a leitura da chapa pelo secretário, o presidente a submeteu a apreciação da assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade. A seguir, o presidente passou ao quarto e último item da convocação, que tratou de assuntos gerais. Como ninguém se manifestou, passaram-se aos discursos, usando da palavra o presidente da ACIAP, Hilton Alexandre Alves da Silva, o presidente da assembleia, Cel. Cláudio Moreira Bento e o presidente eleito da Academia Barramansense de História, Alan Carlos Rocha. Após os discursos, o presidente da assembleia deu por encerrada os trabalhos, marcando a posse da diretoria executiva e do conselho fiscal para o dia três de dezembro de 1998.

ÍNDICE

Ata de Fundação da ABH.....	8
Palavra do Presidente.....	13
Alan Carlos Rocha	
<i>Na Época da Jovem Guarda</i>	15
Alkindar Cândido Costa	
<i>Os Índios na Região</i>	21
Aloísio Lélis de Paula	
<i>A Instalação da Estrada de Ferro D. Pedro II</i>	23
<i>A Industrialização</i>	28
Alzira Ramos da Silva	
<i>Grupo Escolar Fagundes Varela</i>	30
Ana Maria Carvalho Alves	
<i>A Matriz de São Sebastião</i>	32
André Couto	
<i>Ataulpho de Paiva</i>	35
Antônio de Oliveira Leal	
<i>Cine Éden, Uma Paixão</i>	39
Djalma Augusto dos Santos Melo	
<i>Revoluções Silenciosas: niilismo e modus vivendi em Barra Mansa na derrocada da Escravidão(1884-1888)</i>	43
Eduardo Augusto da Silva Wernech	
<i>Parque Centenário - Jardim das Preguiças</i>	45
Evandro dos Reis Brito Sarmento	
<i>A Saga do Trem</i>	48
Ivan Marcelino de Campos	
<i>Rialto - Distrito Barramansense</i>	51

Jean Carlos Gomes	
<i>Homenagem à Barra Mansa.....</i>	54
José Carlos Franco Faria	
<i>Barra Mansa e sua Origem.....</i>	56
<i>Barra Mansa Futebol Clube.....</i>	60
José Fleming	
<i>Aconteceu na Fazenda da Posse.....</i>	64
José Gentil Filho	
<i>O Hino à Barra Mansa.....</i>	69
J. M. do Lago Leal	
<i>Minha Cidade.....</i>	71
Matilde Diniz Lacerda	
<i>Pulmão Verde de Saudade.....</i>	73
Natália Faria	
<i>Centro Educacional Barra Mansa - SABEC.....</i>	75
Nikson Salem	
<i>Casarão do Clube Municipal.....</i>	77
<i>Epidemias que Grassaram em Barra Mansa no Século XIX.....</i>	80
<i>Navegação pelo Rio Paraíba do Sul.....</i>	84
Roberto Guião de Souza Lima	
<i>Fragmentos Históricos da Criação de Barra Mansa.....</i>	87
Rogério Gonçalves Leoni	
<i>A Escola Vieira da Silva.....</i>	90
<i>A História da Loja Maçônica “Independência e Luz”</i>	92
Rozan Silva	
<i>Carlos Lacerda Seria Assassinado em Barra Mansa.....</i>	95
<i>O Início do GRECAB.....</i>	98

PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezados,

A Academia Barramansense de História é uma Instituição composta por pessoas comprometidas e que demonstram empenho e amor para fazer dela um caso de sucesso e referência na região. Tenho a honra em presidir esta Instituição que há 17 anos tem lutado pela preservação do patrimônio e divulgação da história de Barra Mansa. No campo literário, a ABH é responsável pela publicação do jornal “Memória Barramansense”; da revista “Barra Mansa Coleção Nossa História”; e do livreto “250 anos do Surgimento do Povoado de São Sebastião da Barra Mansa”, mas, sem dúvida, sua maior conquista na literatura é o lançamento deste livro. ANTOLOGIA HISTÓRICA apresenta trabalhos já publicados e inéditos, elaborados pelos Acadêmicos e Associados da ABH. Fatos e grandes personagens da história do município são narrados em forma de textos, ensaios, contos e poemas, expondo a versatilidade de nossos autores.

Esperamos que os leitores apreciem esta obra, pois ela reúne um grupo de amigos que se tornou uma grande família, ligada pelo ideal de produzir conhecimentos e experiências que possam de alguma forma nutrir o seu amor pela nossa querida Barra Mansa.

Agradecimentos especiais são devidos a todas as instituições e pessoas que ao longo dos anos contribuíram para o engrandecimento da ABH.

Nikson Salem
Presidente

Na Época da Jovem Guarda

Alan Carlos Rocha
(Homenagem Póstuma)

THE BRAZILIAN BOYS

Este conjunto começou a se apresentar nos clubes sociais de Barra Mansa e Volta Redonda, por volta de 1967. O conjunto se chamou assim porque em uma reunião do grupo, decidiram por unanimidade, que seria o melhor nome para eles, que eram jovens, se apresentarem no meio artístico musical da região. Sua formação em 1968 era a seguinte: Marco Aurélio (solista), Serginho (contrabaixo), Ivan (guitarra base), Álvaro Celso (bateria), Julinho (órgão) e Flávio (crooner). O empresário era o Sr. José Alves da Silva (Zé Leitinho), um homem notável e muito comunicativo, infelizmente já falecido. Na época, alguns integrantes do conjunto eram estudantes e outros trabalhavam, entretanto, ensaiavam constantemente suas músicas, que eram consideradas “pra frente”.

Os clubes nos quais mais gostavam de tocar eram o Clube Municipal e o Ilha Clube, em Barra Mansa; e o Aero Clube, em Volta Redonda. THE BRAZILIAN BOYS foi considerado o conjunto revelação de 1968 na cidade de Volta Redonda, e obteve o 2º lugar no Concurso de Conjuntos realizado em 1969, na cidade de Pindamonhangaba, em São Paulo, concorrendo com dezenas de conjuntos jovens do Brasil. Esses rapazes levaram inesquecíveis momentos de encantamento e diversão ao público da época.

OS FALCÕES REAIS

Conjunto que começou com o nome de THE JETSON, entretanto, havia no Rio de Janeiro outro grupo com essa denominação, motivo pelo qual, seus fundadores mudaram o nome para OS FALCÕES. Ocorre que, em São Paulo, já existia um conjunto chamado Os Falcões. Então, resolveram mudar para OS FALCÕES REAIS, assim permanecendo durante toda sua

existência. OS FALCÕES REAIS podia se dizer tanto de Barra Mansa quanto de Volta Redonda, já que seus componentes eram dessas cidades. Sua formação, em 1968, foi a seguinte: Hiran Guimarães Adler (guitarra solo), Paulo Sérgio (contrabaixo), Moacyr Guimarães (bateria), Fernando Luiz Guimarães (guitarra base), Auriston (órgão) e Antônio Carlos (crooner). O empresário era o Sr. Mendel Oser Adler. A música era jovem e seus componentes tinham OS BEATLES como seus ídolos. Eles começaram praticamente em Volta Redonda, no Clube Comercial, mas atuaram em quase todos os clubes sociais de Barra Mansa e Volta Redonda. Entre os lugares que mais gostavam de se apresentar mencionavam Barra Mansa, Volta Redonda, Cachoeira Paulista, Três Rios, Ribeirão das Lajes, Barra do Piraí e Quatis. No ano de 1968, estavam em grande evidência na TV TUPY, canal 6, se apresentando todos os domingos no programa do palhaço Carequinha, com quem gravaram um “long play” em agosto daquele ano, com destaque para a música “THE MILLIONAIRE”. Quantas saudades do conjunto que fez balançar corpos e corações com músicas inesquecíveis e se tornando, também, inolvidáveis em nossas lembranças! Ao relatarmos um pouco da história daqueles rapazes, expressamos nossa sincera admiração e prestamos um tributo de agradecimento por diversão sadia, divulgação positiva da cidade de Barra Mansa e exemplos construtivos para as gerações dos anos 60 e 70!

OS BATOKENS

O conjunto musical que deixou seu nome gravado com acordes de ouro na história musical de Barra Mansa e da região apareceu em nossa cidade no ano de 1966. Naquela época, os padres da igreja católica estavam promovendo uma forte campanha para unir ainda mais a mocidade com a religião, e os jovens músicos foram convidados para participar de uma Missa da Juventude em Barra Mansa, nascendo assim: Os Batokens. Esse nome foi dado quando Antônio Carlos, um dos seus componentes, estava construindo com madeira jacarandá, oriunda do Rio Grande do Sul, um contra baixo (que foi utilizado). Entre o material

encontrava-se uma lata com o rótulo “BATOKE”, daí surgiu OS BATOKENS.

Sua formação era a seguinte: Jeferson, que era o líder e tocava órgão e guitarra solo, além de ser vocalista. Luiz Carlos tocava guitarra-solo e contrabaixo, além de vocalista. Marcelos tocava órgão, contrabaixo e também vocalista. Antônio Carlos tocava contrabaixo (jacarandá), guitarra base e também vocalista. Francisco de Paula era o baterista. O empresário era o Bigode. Os Batokens ganharam muitos e muitos títulos e prêmios, entre eles, o de conjunto mais católico do Estado do Rio e a Taça de Arrebatadores de Prêmios em função dos concursos disputados e vencidos. Além dos bailes, se apresentavam nas rádios de Barra Mansa e da região, tendo também, participado muitas vezes de programas de televisão nos canais 2 e 6 da época, e no programa Haroldo de Andrade. Sua música era jovem, entretanto, levantavam plateias com o carro chefe do Conjunto: BEATLES, BEATLES, BEATLES! Todos eram beatlemaníacos! Estaria faltando uma página na história musical de Barra Mansa, se não tivesse existido Os Batokens.

Assim, homenagear os integrantes do conjunto OS BATOKENS não é favor nenhum, em função da extrema capacidade que possuíam de fazer sonhar, de alegrar e de participar em movimentos sadios construtores de uma sociedade mais justa e perfeita. A profunda saudade fica por conta do alegre LUIZ CARLOS, que hoje, possivelmente estará tocando sua guitarra e alegrando corações e mentes como sempre foi sua maneira de ser. VIVA OS BATOKENS! VIVA BARRA MANSA.

THE BLUE JET'S

Esse conjunto foi formado pela união dos Conjuntos The Blue Star e o Snobe, que na época tinham se dissolvido. Apareceu por volta de 1965, no Clube dos Funcionários, em Volta Redonda e em clubes de Barra Mansa. Nesse ano de 1965, The Blue Jet's possuía a seguinte formação: bateria – José Rosa (Mecica); guitarra solo – Carlos Rosa (Neném); guitarra base – Paulo Cesar Rios; cantor – Paulo Guilherme; guitarrista – Roberto Medeiros;

tumbadora – Roberto Prado e órgão – Nilton Gonçalves. Detalhe: todos nascidos em Barra Mansa. Gostavam de tocar nos Clubes: Comercial e Aero Clube bem como, no Ilha Clube, de Barra Mansa. Em março de 1965 se apresentaram em Sepetiba e Campo Grande, fazendo grande sucesso. O responsável pelo conjunto era o Mecica, que planejava levar o conjunto para apresentações em São Paulo, motivo pelo qual estava adquirindo um novo órgão. Em todos os festivais e encontros da Jovem Guarda, os componentes do The Blue Jet's se faziam presentes, dando suas colaborações e participando ativamente dos mesmos. Entre os elementos do Conjunto, achavam o Paulo Guilherme, o melhor cantor da época. Os irmãos Rosa eram virtuosos da música, verdadeiros talentos, influenciados pelo patriarca, Sr. Rosa, que tocava violino. Um dos membros dessa família, Ovídio Bonfá, abrilhantou por muitos anos um dos melhores conjuntos nacionais, o CRY BABY'S. Já Carlos Rosa, o popular Neném, era imbatível na guitarra, sendo considerado, sem favor nenhum, o melhor guitarrista brasileiro. Detalhe: Luiz Carlos, que integrou OS BATOKENS, também tocou no BLUE JET'S.

Infelizmente, da família Rosa, todos os homens já faleceram. Restou a saudade que esses rapazes nos deixaram. Saudade da alegria contagiante de todos os Rosas; saudade dos bailes nos quais eles esbanjavam talento e comunicação, saudade dos sorrisos alegres dos elementos dessa família. Quando nos viam, um largo sorriso era estampado nessas faces amigas, pois eles sorriam com os lábios, com os olhos, com os corações e com a música. Dos integrantes desse conjunto, ainda vive o Roberto Prado ao qual o Memória Barramansense agradece pela enorme contribuição musical prestada aos jovens daqueles anos maravilhosos, quando barra-mansenses ou não, alegravam nossos dias com seus instrumentos de bela sonoridade!

Ao Neném, podemos dizer: “você foi notável e por isso, nossa gratidão e nossa admiração por tanto talento e tanta alegria”. THE BLUE JET'S não morreu. Alegria hoje as jovens tardes de celestiais domingos...

THE BROTHERS

A banda The Brothers comemora 40 anos, quatro décadas de trajetória musical dentro e fora da região sul fluminense. Formada pelos irmãos João Batista, Ney e Serginho, o tecladista Leonardo (filho de João Batista), a vocalista Carla, o baixista Sérgio Fernandes e o baterista Dom Beto, a banda continua movimentando os bailes da região, com o mesmo repertório que a consagrou: sucessos dos anos 70 e todos os estilos atuais pedidos pelo público.

O grupo se apresenta em bailes, festas e formaturas, e grande parte de seus shows, atualmente, são realizados em Minas Gerais. Os componentes do The Brothers atribuem o sucesso à competência profissional, maturidade e disciplina. O sentimento pelo aniversário de 40 anos da banda é de dever cumprido, e de boas expectativas para dar continuidade na trajetória artística.

A maior inspiração veio de casa. O Sr. Flávio (já falecido) tocava bandolim, quando os três filhos começaram a se interessar pela música. João Batista, Ney e Serginho, ganharam seus primeiros instrumentos, que foram o violão e o acordeom. Desde então, não pararam mais de tocar. Flávio percebeu o talento dos filhos e decidiu investir, comprando toda a aparelhagem necessária para a formação da banda. Na época, os irmãos eram ainda adolescentes, com idade entre 13 e 19 anos. A escolha do nome foi feita para simbolizar a união da família nos palcos e seguir as bandas de sucesso da época, que tinham nome em inglês.

Nessa caminhada, a banda conquistou o seu espaço musical, e em 1972 foram convidados para participar da novela “A Patota”. Essa participação abriu grandes portas para a banda. Gravaram seu primeiro e único disco, com repertório de músicas inglesas e americanas. Fizeram várias participações em programas de TV, dividindo o palco com Rita Lee, Ronnie Von, entre outros artistas.

Parabéns The Brothers, pelos 40 anos de sucesso!!!

2001

Para fechar com chave de ouro a História dos Conjuntos Musicais da Jovem Guarda em nossa cidade, escolhemos o conjunto 2001, formado por Marcial, Oswaldinho, Silvio e Samir. Esse conjunto era muito requisitado para animar as brincadeiras e bailinhos da juventude, bem como, se apresentava em vários clubes de Barra Mansa e da região. Tinha como carro chefe a alegria dos seus componentes e bela qualidade musical, sendo considerado inovador, de vanguarda, conforme o nome escolhido. Em uma apresentação de conjuntos jovens no clube Umuarama, de Volta Redonda, o “2001” causou furor, sendo aplaudido de pé, ao combinarem música com jogos de luzes e figuras psicodélicas ousadas. Foi o conjunto que introduziu a Tropicália no meio musical jovem de então. Havia certa separação entre os roqueiros da Jovem Guarda e os tropicalistas. O 2001 pôs fim a isso, e a partir de então, os movimentos citados convergiram para o mesmo norte, qual seja, boa música, muita alegria e diversão sadia.

Todos os integrantes do 2001 continuam em nosso meio e merecedores da nossa admiração e gratidão, por marcarem época e contribuírem para um Brasil melhor.

(Textos publicados originalmente no jornal “Memória Barramansense”, de 2008 e 2009)

Os Índios na Região

Alkindar Cândido Costa

(Homenagem Póstuma)

O desbravamento da região representou um contato, no princípio nada amigável, entre os colonizadores e os índios que eram os verdadeiros senhores da terra. Nas pesquisas realizadas, vamos encontrar os Puris repartindo o domínio de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova (Resende) com os Coroados que, em São João Marcos, eram absolutos. Nas fraldas da Mantiqueira, na parte divisória com São Paulo, cabia o domínio aos Puris. Entre os Rios Paraíba e Preto, na parte em que este servia, como hoje, de limite com Minas Gerais, predominavam os Coroados.

O Barão de Eschwege, Debret e Rodolfo Garcia eram de opinião que os Puris tiveram origem comum com os Coroados e pertenciam à nação chamada de “Tapuia”. Historiadores apresentam os índios Araris, encontrados na região, confundindo-se com os índios Coroados. Em razão dos constantes ataques dos Botocudos, os Puris estabeleceram-se na margem setentrional do Paraíba, a cinco léguas de Campo Alegre da Paraíba Nova, no sítio depois conhecido por Minhocal, nas abas da Serra de Tunifel e à margem do Ribeirão São Luiz, confluyente do Rio Preto. Em consequência de constantes ataques, o Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Souza, ordenou o aldeamento dos índios, em 23 de junho de 1788, enviando o Sargento-Mor Joaquim Xavier Curado (depois General e Conde das Duas Barras) para atender ao determinado, nos sertões entre os rios Preto e Paraíba. Após uma série de lutas, onde a vitória sobre os Índios se fez sentir, na localidade depois conhecida por Falcão, foi fundada em 2 de outubro de 1788, uma aldeia com o nome de São Luiz Beltrão, em homenagem ao Vice-Rei. Os trabalhos de aldeamento foram entregues ao cap. Henrique José de Carvalho. A este sucederam o Padre Francisco Xavier de Toledo (1788-1821) e o Padre Jacinto Júlio de Queiroz. A parte militar da aldeia foi entregue ao comando de Joaquim de Araújo Sampaio. Em 1801, o Vice-Rei - D. Fernando José de Portugal (depois Marquês de Aguiar) designou o cap. Inácio de Souza Werneck, o fazendeiro José Rodrigues da Cruz, senhor da Fazenda de Ubá, e o Padre

Manoel Gomes Leal para catequizarem e aldearem Puris e Araris. Em cumprimento às ordens recebidas, penetraram no território dos Coroados, no local onde hoje se ergue a cidade de Valença, à qual deram o nome de Nossa Senhora da Glória de Valença. Logo em seguida, no local hoje conhecido por Conservatória, foi fundada uma aldeia dos índios Araris. A melhor descrição dos habitantes indígenas consta de “A Igreja Matriz de São Sebastião de Barra Mansa” de J.B. de Athayde:

Os Coroados eram de pequena estatura, cabeça grande, achatada no alto, e enfiada dentro dos largos ombros. Falavam pela garganta e pelo nariz, aspirando muito, e mal abrindo a boca, dando pouco movimento aos órgãos da voz e apoiando-se frequentemente na última sílaba. As suas casas eram grandes, feitas de madeira e barros, mui compridas, cobertas de feno ou de cascas de árvores, com uma só porta, sem janela, sustentadas sobre grande número de esteios a que prendem as suas maças. Acomodam-se as cinquenta, e ainda oitenta ou cem famílias em cada uma. Ordinariamente cada casa é uma aldeia; raras vezes se encontram duas juntas. Usavam o banho mesmo que, ao se levantarem, estivesse chovendo; os casamentos representavam grandes festas e as mulheres, no momento das dores do parto retiravam-se para a mata e davam à luz os filhos sem assistência alguma. Seus mortos eram enterrados assentados.

Os Puris eram pequenos e bronzeados. Eram de corpo apoquentado; mas valorosos, velhacos, e pérfidos. Não gostavam da agricultura e viviam em contínua guerra como todo gênero de irracionais, de que faziam seu principal sustento. Eram grandes inimigos dos Coroados; usavam “d’arco e flecha arpoada” e tinham grande estima a qualquer instrumento de ferro e, sobre todos, o machado. Em razão da falta de comunicação, desconhecemos suas principais doenças e os meios usados de cura. Na sua língua a residência era denominada cuari, e se constituía no seguinte: sua estrutura sustentava uma camada interior de folhas de patioba recoberta por várias camadas de folhas de palmeira. A rede era feita de fibra de embira.

Os Araris quase não apresentavam diferença dos Puris. Eram apenas mais claros, desembaraçados, e mais numerosos.

Habitavam também Amparo, Conservatória, Volta Redonda e Piraí. A influência dessa cabilda coroada é digna de nota. Nunca será demais recordar que, a mãe de Joaquim José Ferraz de Oliveira, o Barão de Guapy era índia Arari, nascida em Piraí, e o 1º Barão de Amparo, bem como os seus filhos - o 2º Barão de Amparo, o Barão do Rio Negro e o Barão e depois Visconde da Barra Mansa - escolheram cabeças de índios com turbantes de penas de cores, para seus respectivos Escudos de Armas, nos quais as ditas cabeças aparecem esquartelando no 1º e no 4º. Em 1808 o perigo de ataques de indígenas ainda era grande, principalmente em Volta Redonda, vindo desaparecer em razão do trabalho do Capitão José Tomaz da Silva, que usando método diverso, conquistou a amizade e a confiança dos silvícolas, a ponto de muitos dos que haviam sido aldeados, inclusive em Valença, deixarem o aldeamento para refugiar-se em sua propriedade, onde passaram a viver e a trabalhar pacificamente.

(Texto publicado originalmente no livro Volta Redonda Ontem e Hoje, de Alkindar Costa - 1992)

A Instalação da Estrada de Ferro D. Pedro II

Aloísio Lélis de Paula

As ferrovias chegaram ao Vale do Paraíba certamente em função do café e da persuasão do baronato influenciando as decisões do imperador. As iniciativas tomadas por D. Pedro II para a implantação das primeiras ferrovias no município neutro e depois no vale foram em função dessa classe que o apoiava. As influências britânicas no Brasil a partir da chegada da Família Real Portuguesa em 1808, em função das invasões napoleônicas, permaneceram e fizeram parte da vida dos brasileiros desde então. Assim, o impacto da Revolução Industrial inglesa influenciou o consumo dos brasileiros, principalmente com seus produtos manufaturados, e também contribuiu com o modelo ferroviário para as primeiras iniciativas de desenvolvimento brasileiro. A possibilidade de construir ferrovias para o transporte de todo bem produzido no Brasil se verificava nos interesses dos barões que se serviam da Corte para alcançar seus objetivos, e também do Império, que de certa maneira atendia a seus pleitos. Os barões do Vale do Paraíba desciam com suas cargas pelos caminhos que até então eram a única forma de alcançar a Corte para vender seus produtos, principalmente o café, e a ferrovia diminuiria o tempo gasto com as viagens e os riscos que as caravanas e cargas corriam neste percurso. A partir desses argumentos, em outubro de 1835, foi apresentado e aprovado o projeto na Assembleia Legislativa e sancionado em menos de um mês pelo Regente Diogo Antônio Feijó, através de um decreto que autorizava o governo a conceder a uma ou mais Companhias, que fizessem uma estrada de ferro da Capital do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, carta de privilégio exclusivo por espaço de 40 anos, para o uso de carros de transporte de gêneros e passageiros. Esta foi a primeira Lei brasileira que abordou concessão para construção de ferrovias no Brasil, e seu objetivo principal era ligar através da ferrovia, a Corte as mais importantes regiões do Brasil naquele momento. Apesar de não ter exercido sua função, esta foi a primeira iniciativa brasileira de entrar no processo de construção de ferrovias, assim, outra Lei foi formulada em março de 1836, revogada e substituída com algumas alterações dois anos depois. Em outubro de 1839,

foi solicitado pelo médico inglês Thomaz Cockrane ao governo, o privilégio exclusivo para a construção de uma ferrovia da Pavuna – na divisa do município neutro com a Província do Rio de Janeiro – a Resende – no Vale do Paraíba Fluminense, próximo da divisa das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Então, em novembro de 1840 foi concedida a Cockrane a primeira concessão a nível nacional para a construção de uma ferrovia que iria da Corte à Província de São Paulo. Esta concessão seria então o início efetivo e Cockrane, no mesmo mês, organizou a Imperial Companhia de Estrada de Ferro. Em 1845, cinco anos após, alegando dificuldades para a obtenção dos capitais necessários para a viabilização dos projetos, justificou seu atraso, assim pagou uma multa contratual de 4:000\$000 por não ter iniciado a construção da ferrovia. Este contrato foi revalidado por mais dois anos, e por fim em 1852 o contrato foi considerado caduco. Esse evento, por mais caricato que possa parecer, atrasou por doze anos o início da construção da ferrovia. Houve ainda outras tentativas de iniciar a construção da ferrovia, mas as condições de garantia oferecidas pelo Governo Imperial foram insuficientes, e a ferrovia caíra no esquecimento. Noutra tentativa, em 1853, o governo imperial propôs que fossem apresentados novos projetos para a realização da estrada de ferro, e transferiu para Londres a concorrência para assinatura do contrato. Essa nova tentativa criava novas possibilidades, levando para Londres a concorrência e garantindo 7% de juros ao ano sobre o capital investido, mas mesmo assim os europeus, não seguros do investimento a ser feito no Brasil deixam de lado o projeto alegando, entre outras coisas, os custos de importação de cereais, já que a colheita inglesa fora insuficiente naquele ano. As experiências dos contratos anteriores, doze anos de atraso aguardando Cockrane, e depois a expectativa frustrada com a licitação em Londres, levam o Governo Imperial propor em fevereiro de 1853 novos projetos para a desejada ferrovia, e contrata diretamente Edward Price. Depois de um ano e três meses transfere a responsabilidade da execução de Edward Price para uma companhia no Rio de Janeiro. Assim em apenas quatro meses organiza uma companhia na Corte, aprova os estatutos e contrata a companhia para a execução da linha que ligaria o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, fazendo valer a vontade

do Imperador que não podia dispor do tesouro para a construção da ferrovia, mas organiza uma companhia e se torna seu maior acionista. Companhia que não poderia ter outro nome senão o seu, “Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II”. As obras foram iniciadas em 11 de Junho de 1855, o engenheiro Christiano Benedito Ottoni - considerado depois o pai das ferrovias brasileiras - assume a direção da Companhia Ferroviária D. Pedro II. Em 29 de Março de 1858 é inaugurado o trecho até Queimados, com menos de três anos. O trecho percorria pouco mais de 48 quilômetros, passando por cinco estações: Campo (atual Central), Engenho Novo, Cascadura, Maxambomba (atual Nova Iguaçu) e Queimados. Alguns meses depois mais um trecho fora inaugurado com treze quilômetros, no dia 8 de Novembro de 1858, chegando até Belém (atual Japeri), de onde partiu o ramal de Macacos (atual Paracambi) concluído em 1º de Agosto de 1861. Em 1861 foram iniciadas as obras da subida da Serra do Mar, o trecho até Rodeio (atual Paulo de Frontin) foi concluído em 12 de Julho de 1863, aproximadamente dois anos, alcançando assim o Vale do Paraíba, e por fim, chegando em 9 de Agosto 1864 o primeiro trem de passageiros a Barra do Piraí. Vencida então a serra, e alcançando Barra do Piraí os objetivos eram ir em direção as Minas Gerais por um lado, e pelo outro em direção a São Paulo. Em 1865 a estrada de ferro já se alongara 133 quilômetros alcançando Desengano (atual Barão de Juparanã), no município de Valença, passando por Vassouras e suas infindáveis fazendas cafeeiras. Em direção a São Paulo foram iniciadas as obras em 1870, chegando a Barra Mansa em 16 de Setembro de 1871 onde as festividades de inauguração contaram com a presença da Princesa Isabel e seu marido, o Conde D’Eu. Chegando em 1873 a Resende, Campo Belo (Itatiaia) e Boa Vista (próximo à divisa estadual com São Paulo), e depois Queluz e Lavrinhas em 1874. Em 20 de Julho de 1875 atinge Cachoeira (atual Cachoeira Paulista), seu destino final. Esta etapa da construção histórica da Estrada de Ferro D. Pedro II demonstra que a participação do Governo Imperial foi determinante para a concretização da ferrovia. As dificuldades contratuais, os jogos de interesses, a evasão de capital entre outras coisas, fizeram parte da história da construção da ferrovia, mas esta ficou ativa. A ferrovia foi elemento de estruturação e ligação da Corte com as províncias

do planalto. Foi certamente a mais importante atitude de conquista do vale, e o início de um novo ciclo para as cidades que se serviram da D. Pedro II.

Referências Bibliográficas:

ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e Povoamento do Brasil. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1975.

AGASSIZ, Luis e Elizabeth. A História nos Trilhos. ANPF – Associação Nacional de Preservação Ferroviária. Disponível em: <http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos15_fevereiro2004.htm> Acesso em: 04 jan 2009

APFSMG, 2008 – Associação Pró Ferrovias do Sul de Minas Gerais. Disponível em <<http://www.geocities.com/Area51/Realm/7805/Sapucahy.htm>>. Acesso em 23 dez. 2008.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. Mesa-redonda: Momentos Fundadores VI. 1. O Rio de Janeiro e a Formação Nacional. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a. 161, n. 408, pp. 225-237. jul./set. 2000.

BROME, Fernando Ribeiro Gonçalves. O Império Sobre os Trilhos: A estrada de ferro como agente de desarticulação socioespacial da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LAMEGO, Alberto. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Processo de Tombamento Estadual “Caminhos de Minas” E-03/31486/83. Base Cartográfica: parte da Carta corográfica da Província do Rio de Janeiro - F4 MAP 618, fl. 04. Arquivo Nacional do Estado do Rio de Janeiro. Sem escala.

LOPES, A.C. A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda. Alberto Costa Lopes. Rio de Janeiro. UFRJ, 1993. pág. 10. dissertação de Mestrado.

VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Volumes I. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938

A Industrialização

Aloísio Lélis de Paula

A década de 1930 assistiu ao início da industrialização regional. A implantação das indústrias atraiu esses trabalhadores rurais que estavam desacampados, que chegavam com a expectativa do trabalho industrial, mas a experiência rural não lhes dava muitas possibilidades senão os trabalhos mais rudes e sem trégua. A industrialização, juntamente com a oferta de águas pelo Rio Paraíba do Sul, associada à facilidade do transporte pelas ferrovias, somaram estes fatores que fizeram com que Barra Mansa despontasse como principal região econômica de nosso país. Os caminhos ferroviários foram essenciais para atrair novos empreendimentos. A economia, ainda ruralista, com uma cidade configurada pelas fazendas de café que se tornaram grandes áreas de pastagens com rebanhos que se multiplicavam rapidamente para atender a demanda das iniciativas das pequenas indústrias de laticínios que seguidamente se instalaram. Assim, a economia se altera para um novo momento, em que a cidade é destacada pela posição de grande centro agrícola-pastoril. Mesmo com a economia agropastoril, a cidade por sua vocação, foi indicada por Cincinato Braga, em 1919, como região ideal para o estabelecimento de indústrias siderúrgicas, pela facilidade do transporte do minério pelos trilhos vindos das regiões mineiras, e da partida do aço para as diversas regiões do Brasil por estes mesmos caminhos. A quebra da política do “Café com Leite”, em 1929, pelo Presidente Washington Luis, quando faz apoio político ao Presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, para candidatura à Presidência da República, afronta os políticos mineiros, gaúchos e também paraibanos que não aceitavam o rompimento com a política estabelecida até então, assim estabelecendo o golpe de estado que depôs Washington Luis em 1930, a menos de um mês para o término seu mandato. A política ruralista é desfeita, e a cidade formada de fazendas e de atividades agropastoris, apesar de ser ponto de convergência de muitos caminhos e ferrovias, inicia um novo ciclo econômico, a industrialização. Com a Revolução de 1930, o país toma outro rumo. A vocação siderúrgica apontada por Cincinato Braga toma fôlego pela determinação de Getúlio Vargas em construir um

projeto de nacionalidade, inicia a industrialização de Barra Mansa. O início da industrialização brasileira foi apressado pela depressão americana que teve seu ponto culminante em 1929 e, o Brasil precisava ser rápido. O Moinho Santista, que possuía um escritório no Rio de Janeiro para a distribuição de farinha de trigo, encomendou um projeto inglês para a construção de um moinho no vale do Paraíba em 1928, e assim inicia a obra. O Moinho Santista iniciou suas atividades em Barra Mansa em 1932, não como pioneirismo industrial, mas como a primeira construção de grande vulto. À margem da Ferrovia Oeste de Minas distribuía sua produção de farinha de trigo por toda a região fluminense e mineira. As possibilidades ferroviárias buscaram os olhares de muitas outras indústrias e, por alguns anos foram promovidas negociações até que, em 1937, três grandes indústrias se instalam em Barra Mansa, além das demais indústrias menores. A Cia Industrial Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé) que pela oferta da maior produção de leite do Brasil escolheu Barra Mansa para sua segunda fábrica em nosso país, a Cia Metalúrgica Barbará; a Siderúrgica Barra Mansa (SBM), pela oferta do minério de ferro que vinha de Minas Gerais pela Ferrovia Oeste de Minas e a possibilidade de distribuição da produção para os três grandes centros urbanos: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Essas indústrias foram o marco da industrialização de Barra Mansa, e assim, depois destas, outras indústrias buscavam as facilidades que a cidade dispunha a oferecer.

Referências Bibliográficas:

BROME, Fernando Ribeiro Gonçalves. O Império Sobre os Trilhos: A estrada de ferro como agente de desarticulação socioespacial da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LAMEGO, Alberto. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LOPES, A.C. A Aventura da Cidade Industrial de Tony Garnier em Volta Redonda. Alberto Costa Lopes. Rio de Janeiro. UFRJ, 1993. pág. 10. dissertação de Mestrado.

VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Volumes I. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938

Grupo Escolar Fagundes Varela

Alzira Ramos da Silva

*Oh! Que saudades que tenho
Da aurora da minha vida
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais*

Quem não recorda destes versos?

Sei, que meus ex-colegas do curso primário do saudoso Grupo Escolar Fagundes Varela, hão de se lembrar, pois todos nós éramos incentivados a decorar e recitá-los em nossas salas de aula.

Estes versos são de Casimiro de Abreu, (1830-1856), poema “Meus Oito anos”.

Tenho saudades... daquelas mestras sábias e dedicadas: professoras: Nair Calderaro, Júlia Fonseca Franciscone, Zélia Jardim Geraidine, Helena Amaral, Beokis Campos Cunha, Maria do Carmo e Eliza Schettino, Berenice Mattéa, Lucy Lourenço, Zulmira Faria, e muitas e muitas outras, que além de nos ensinar as matérias essenciais como: português, matemática, geografia, conhecimentos gerais (higiene, cidadania, puericultura, música) e catecismo, (pelo saudoso padre André), esmeravam-se para nos tornar pessoas sensíveis e de bem.

Nossas queridas diretoras: D. Maria Luiza Gonzaga e D. Jandira Reis de Oliveira.

Nosso colégio era muito bonito, um prédio de dois pavimentos, com amplas salas, enormes janelas, um belo pátio com algumas árvores, localizado bem no centro da cidade, na Praça Ponce de Leon nº 411 (local onde hoje está instalada uma das agências do Banco Itaú). Na década de 1940, antes de entrarmos nas salas de aula, nos organizávamos em fila e cantávamos o Hino Nacional, e nas datas festivas os hinos referentes a cada uma delas. Exemplos: Independência, Proclamação da República, Bandeira, das Américas, do Expedicionário, Duque de Caxias, da Árvore.

Fazíamos canteiros e plantávamos flores. Cada professora escolhia um formato: quadrado, redondo, losango, triângulo,

estrela, lua, etc. Para nossa turma, D. Nair Calderaro escolheu o formato de um coração; todo plantado de violetas de 20 centímetros nas bordas e ao centro, rosas, cravos, margaridas, etc... Todos nós cuidávamos com muito carinho destes canteiros, e cada turma queria que o seu fosse o mais belo.

Havia os desfiles cívicos, nos dias 7 de setembro e 3 de outubro, e muitas outras coisas maravilhosas como: aula de música, saudações aos dirigentes, apresentação de teatro, etc...

Todos os meus ex-colegas, sem exceção, conseguiram os melhores empregos nas grandes firmas e empresas daqui, e em Volta Redonda, e logo destacaram-se como encarregados, gerentes e chefes.

Ali estudaram as mais ilustres personalidades da cidade, como: Dr. Leandro Álvaro Chaves (advogado e co-fundador do UBM – Centro Universitário de Barra Mansa, e primeiro presidente da 4ª sub-seção da OAB, entre outros feitos de renome), Haroldo Horta (advogado e jornalista), Plínio Carvalho (ex-gerente da COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos e alto funcionário da CSN), Aparício Guilherme Braz (advogado, colunista, mestre de cerimônias), Romilda Collistet (professora e diretora), Nilda Becheteluff (funcionária dos Correios), Jorge Bastos (desenhista da Barbará), Alírio Marques Pinto (bancário), José Luiz Francunha (cineasta), Leda Fonseca (advogada), Júlia Vieira (médica), Luiz Carlos (funcionário da Du Pont), Roberto de Paula Silva (funcionário da Prefeitura), Terezinha Guimarães Cotia, entre muitos outros, que não é possível citar aqui.

Tudo isso devemos às nossas queridas e incansáveis mestras, que tiveram grande participação na formação de todos nós, ex-alunos do Grupo Escolar Fagundes Varela.

Mesmo tendo que galgar novos caminhos...

(Publicado originalmente no livro Tenho Saudades, Alzira Ramos – 2011)

A Matriz de São Sebastião

Ana Maria Carvalho Alves

A história da Igreja Matriz de São Sebastião está intimamente ligada à origem da cidade que, inicialmente, chamava-se São Sebastião da Barra Mansa. A região constituía uma imensa sesmaria, que compreendia toda a terra que margeava o rio Paraíba, desde a foz do rio Bananal até o córrego conhecido como Barra Seca ou Barra Mansa, obtida em 1764 por Francisco Gonçalves de Carvalho. A denominação Barra Mansa, identificando o riacho, aparece, oficialmente, em um mapa na carta cartográfica da Capitania do Rio de Janeiro em 1767. À margem direita do pequeno curso d'água, na fazenda do Ten. Cel. Henrique Vicente Louzada de Magalhães, se ergueria, por volta de 1800, uma tosca capela, dedicada a São Sebastião. Historicamente, núcleo inicial da atual cidade, na época, local de parada para viajantes e mercadores com destino à Corte. Formouse, à beira do riacho, uma pequena povoação, que ficou conhecida como São Sebastião da Posse. No entanto, a partir de 1811, com o casamento do Capitão-Mor Custódio Ferreira Leite com a filha do Tenente-Coronel Louzada de Magalhães, o lugarejo encontrou novos rumos. Foi o Capitão-Mor Custódio Ferreira Leite quem, em terreno doado por Manoel Marcondes do Amaral, fez erguer uma nova capela, em louvor a São Sebastião, junto à Estrada Geral, no largo onde hoje se situa a principal praça da cidade. Em 1839, Custódio Ferreira Leite, o Barão de Ayuruoca, deu início à construção da igreja, que só foi concluída em 1859, após a “vila” ter sido elevada à categoria de cidade. A edificação teve influência de moldes neoclássicos, traçados pelo arquiteto da Missão Francesa de 1816, Gran Jean de Montigny. Era dividida por dois corredores e a nave central separada por duas paredes. A nave central continha vários nichos e possuía um grande e diversificado acervo de imagens. O Largo da Matriz, ajardinado em 1880, passou a ser chamada Praça Ponce de Leon. A cidade reverencia como seu fundador, nos atos oficiais, o Capitão-Mor Custódio Ferreira Leite, mas tributa as honras devidas a Manoel

Marcondes do Amaral, que, além de doar “cem braças quadradas” para a construção da igreja, também doava terrenos a quem quisesse construir no lugar e ali permanecer.

A população de São Sebastião da Barra Mansa, em 1824, era provavelmente de 1800 habitantes, em cujo território existiam aproximadamente 360 fogos (casas). Quando passou a Curato, em 1829, o número elevou-se para 2200 habitantes. Em 1880, a população total era de 28.702 habitantes, dos quais 14.822 eram livres e o restante 13.880 escravos. Os escravos que vinham para Barra Mansa eram de Angola (Cabinda e Benguela), do Congo, da Guiné e de Moçambique, predominando, entretanto, os de nação Guiné. Os escravos, logo que chegavam, eram iniciados na prática da religião Católica Apostólica Romana, que aceitavam e seguiam com fervor, apesar de, em sua maioria, serem fetichistas. A outra parte, formada de haussás, nagôs, gêgês, minas e cabindas, entre outros, que professava a religião de Maomé, resistiu sempre à fé cristã e era, com o maior constrangimento, que aceitava a imposição dos sacramentos. Os anos foram passando e a Paróquia ficou sob os cuidados dos Padres da Congregação do Verbo Divino (SVD). Padre Guilherme Münster (alemão), o 1º deles, desembarcou nesta cidade, no dia 14 de abril de 1929. Era um domingo de Páscoa, presidiu sua primeira missa na Matriz, na companhia do franciscano Frei Adolfo Thoosen, oitavo e último pároco franciscano. A crise socioeconômica e política de 1929 se faz sentir também em nossa região. As demissões em massa e o fechamento de indústrias provocaram a fome e a miséria. A queda de preço do café afetou diretamente os fazendeiros, causando grandes consequências para toda a população. As acomodações paroquiais eram pequenas, antigas e em mau estado de conservação. O cuidadoso pároco enfrentou situações difíceis, mas, em pouco tempo, o resultado começou a aparecer. Como artista plástico, escultor, Pe. Guilherme cuidou do seu interior e, com pinturas alegres e coloridas, deixou a Matriz muito bela para a comemoração do seu 1º centenário, em 1939. Com as transformações econômicas ocorridas na região, decorrentes da

industrialização, a população do município aumentou, crescendo também o número de fiéis da Igreja. Ao lado da nave central havia um salão que serviu, por um bom tempo, para o funcionamento da Escola Paroquial São Sebastião, utilizado, também, para o Cinema Paroquial. Este era o único local para as reuniões, catequese, teatro e confraternizações. Em 1958 houve uma reforma arquitetônica na Igreja Matriz, visando aumentar o espaço físico para acolher o número crescente de fiéis. Outro importante motivo foi o comprometimento, por cupins, das madeiras do interior da nave e do altar. A reforma aconteceu no período de 1958 a 1962, alterando a sua arquitetura neoclássica para o estilo eclético. Foram retiradas as paredes e implantadas as colunas, alargado o presbitério (local onde está o altar) e construído o andar superior. Com essas modificações o espaço foi triplicado para a acomodação e acolhimento dos fiéis, que vêm participar das missas e celebrações, bem como das diversas atividades pastorais que nela ocorrem. A Igreja Católica é considerada uma das maiores instituições religiosas e políticas da humanidade, desde o surgimento da civilização romana até os dias atuais. Os projetos desenvolvidos pelas comunidades pertencentes à Igreja Matriz de São Sebastião seguem as diretrizes do Vaticano, procurando contribuir para uma prática consciente e humana do cidadão. As diversas pastorais, atualmente em número de trinta, formadas por representações das comunidades, buscam desenvolver, não só a fé cristã, como também a formação de uma consciência de cidadania, além de acolhimento e orientação, entre outras características. A Matriz de São Sebastião representa um grande patrimônio histórico e cultural de nossa cidade. Preservar sua história deve ser nosso compromisso.

Ataulpho de Paiva

André Couto

Caiu praticamente no esquecimento em Barra Mansa a presença na cidade de um quase barra-mansense, aqui chegado ainda menino nos tempos do Império, e que na primeira metade do século 20 desfrutou de considerável notoriedade no país. Trata-se do advogado e magistrado Ataulpho de Paiva, que no seu vasto e variado currículo exhibe o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal, a presidência da Academia Brasileira de Letras e um papel destacado no combate à tuberculose entre nós, tendo sido inclusive um dos principais responsáveis pela introdução da vacina BCG no país.

Ataulpho Nápoles de Paiva nasceu no extinto município de São João Marcos, em 1º de fevereiro de 1865, filho do tenente Joaquim Pinto de Paiva e de Feliciano Rosa do Vale Paiva. Em 1871, quando tinha apenas seis anos de idade, transferiu-se com a família para Barra Mansa, onde fez seus estudos primários. Apesar da modesta condição social de sua família, seu excelente desempenho escolar abriu-lhe as portas do Colégio Alberto Brandão, em Vassouras, onde pôde realizar gratuitamente o curso secundário. Ao completar 18 anos, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, que junto com a de Recife formava então os dois únicos cursos jurídicos do país. Em seus períodos de férias em Barra Mansa, onde sua família continuava residindo, ganhava algum dinheiro dando aulas preparatórias para os candidatos ao disputado Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Concluída a formação universitária em 1887, Ataulpho retornou de vez a Barra Mansa, estabelecendo escritório de advocacia em companhia de Adolfo Burgos Ponce de Leon, figura que desfrutava então de considerável prestígio no município, tendo já exercido os cargos de juiz municipal e vereador. Em 11 de dezembro daquele ano, o jornal Aurora Barramansense noticiava seu retorno à cidade e dedicava-lhe muitos elogios. Sua permanência em Barra Mansa durou pouco mais de dois anos, porém, visto que seria nomeado em seguida juiz da comarca de Pindamonhangaba (SP). Ali também permaneceu por pouco tempo, transferindo-se logo depois para o Rio de Janeiro, então capital do país, para trabalhar no Tribunal de Justiça do Distrito

Federal. O renome adquirido naquele órgão levou-o a ser nomeado, em 1897, juiz do Tribunal Civil e Criminal, também na capital. Em 1905, atingiu o posto de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, e foi dessa posição que enviou votos de boas festas ao jornal Barra Mansa, em fins de 1909. Na presidência da referida Corte a partir de 1912, cumpriu importante papel nas reformas Rivadávia Correia e João Luís Alves, que introduziram grandes modificações na organização judiciária brasileira. Em 1932, com a tardia criação da Justiça Eleitoral no país pelo governo do presidente Vargas, foi nomeado presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Em abril de 1934 atingiria o ponto culminante de sua carreira jurídica ao ser nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal; posto que ocuparia até novembro de 1937, quando foi compulsoriamente aposentado dias após o golpe de Estado que implantou a ditadura do Estado Novo. Tinha então mais de 70 anos de idade, e essa foi provavelmente a causa de seu afastamento do STF, já que sua postura pragmática jamais o indispusera politicamente com as altas esferas do poder.

Ataulpho de Paiva cedo manifestou preocupação também com as questões relativas à assistência na área da saúde, e como membro do judiciário trabalhou na organização das bases jurídicas da assistência pública e privada sob inspeção do Estado no país, tendo representado o governo brasileiro em congressos sobre o tema realizados em Paris (1900) e em Milão (1906). Em 1912 assumiu a presidência da Liga Brasileira Contra a Tuberculose, importante instituição filantrópica criada em 1900 por médicos e intelectuais para dar combate àquela gravíssima enfermidade, que então atingia a população brasileira em largas proporções. Numa época em que o Estado não promovia ações eficientes de prevenção à doença e de assistência aos enfermos, a Liga desempenhou papel relevante nesse campo. Após um curto mandato de dois anos, voltaria a presidir a Liga em 1919, permanecendo no posto, como presidente perpétuo, até o final de sua vida. Em 1927, a Liga deu início à vacinação contra a tuberculose (BCG) no Brasil, a partir do Rio de Janeiro, e no mesmo ano criou o Preventório Dona Amélia, na ilha de Paquetá, também na capital federal, pioneiro no tratamento de crianças tuberculosas no país. Nos anos finais da década de 20, após o governo federal finalmente iniciar uma política pública de

prevenção e tratamento da doença, criando a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, a entidade presidida por Ataulpho de Paiva passou a priorizar a fabricação da vacina BCG. Em sua homenagem, em 1936 a Liga contra a Tuberculose passou a se chamar Fundação Ataulpho de Paiva, assim permanecendo até os dias de hoje, quando ainda desempenha importante papel na produção da BCG. Apesar de não ser exatamente um homem de letras, algumas obras na área jurídica valeu-lhe a eleição para a Academia Brasileira de Letras, em dezembro de 1916, ocupando a cadeira de nº 25, cujo patrono é o poeta Junqueira Freire. Tomou posse em maio de 1918, e presidiu a prestigiada instituição duas décadas depois, entre 1937 e 1938. Após sua morte, o escritor e também acadêmico Austregésilo de Athayde declarou, no seu estilo rebuscado e pouco profundo, que se faltava títulos literários a Ataulpho, ele sempre procurou compensá-los devotando-se aos interesses da Academia, “fazendo o papel das abelhas que não participam dos voos nupciais na primavera, que nunca enfrentam a glória das alturas ensolaradas, mas realizam o trabalho indispensável da colmeia”. Um perfil mais interessante de Ataulpho de Paiva seria apresentado, porém, pelo escritor paraibano José Lins do Rego, um dos grandes do romance regionalista brasileiro e seu sucessor na cadeira 25 da Academia. Obrigado a dissertar sobre seu antecessor no posto que então assumia, José Lins o fez na prosa solta e informal que o caracterizava, e que no caso aqui focalizado parece reforçada por certa proximidade pessoal com o homem que aqui focalizamos. Num discurso dominado pela sinceridade, pouco comum em ocasiões como aquela, em que se espera solenidade, ainda mais numa casa por si já tão solene como a ABL, o escritor paraibano ressaltou os traços de vaidade, calculismo e superficialidade intelectual de Ataulpho, bem como a sua condição de cultor das aparências sociais. E sem a agressividade que talvez esteja sendo aqui sugerida, afirma que Ataulpho “chegou ao Supremo Tribunal Federal sem ter sido um juiz sábio e à Academia Brasileira de Letras sem nunca ter gostado de um poema”. Sua apurada elegância no trajar – já notada pelo acadêmico Medeiros e Albuquerque no discurso pronunciado por ocasião da recepção a Ataulpho na ABL, em 1918 – também não passaria despercebida por José Lins do Rego, para quem Ataulpho “caprichava no talho de seus casacos, no trato de seus bigodes, nos laços de suas gravatas”. Homem de trato ameno, procurava

ser sempre agradável com seus interlocutores, fugindo invariavelmente dos confrontos. Já quase nonagenário, se perguntavam sobre a sua idade dizia não saber: “os livros da igreja de São João Marcos foram destruídos pelas águas da Light”, brincava. José Lins não deixa de assinalar, porém, que alguns dos mais consagrados nomes da poesia nacional, como Carlos Drummond de Andrade e Augusto Frederico Schmidt, dedicaram artigos em homenagem a Ataulpho, por ocasião de sua morte. Homenagens justificadas admite José Lins, porque em seu apego às aparências acabava, paradoxalmente, por ser autêntico e sincero. E acrescenta: “morreu deixando saudades, porque fez amigos eternos”.

Ataulpho de Paiva desempenhou ainda papel de destaque em diversas outras instituições importantes: presidente do Conselho Nacional do Trabalho, criado pelo presidente da República Artur Bernardes em 1923, e que mais tarde embasaria a criação do Ministério do Trabalho por Getúlio Vargas; presidente do recém-criado Conselho Nacional do Serviço Social, em 1940, permanecendo no posto até morrer; sócio benemérito da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Associação Comercial do Rio de Janeiro; membro fundador da Cruz Vermelha Brasileira; membro do conselho executivo da Liga de Defesa Nacional e do conselho deliberativo da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Entre suas obras de maior destaque estão: O Brasil no Congresso Internacional de Direito Comparado de Paris (1900), Assistência pública, sua função jurídica (1903), Assistência pública (1907), Justiça e assistência: os novos horizontes (1916), Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (1922) e Orações na Academia (1944).

Ataulpho de Paiva jamais se casou e não deixou filhos. Faleceu em 8 de maio de 1955, no Rio de Janeiro. Seu nome foi dado à principal avenida do bairro do Leblon, no Rio, bem como a uma localidade no distrito de Antônio Rocha, em Barra Mansa.

Referências Bibliográfica:

Dicionário da Primeira República. Cpdoc-FGV.
Academia Brasileira de Letras (site oficial).
Supremo Tribunal Federal (site oficial).
Fundação Ataulpho de Paiva (site oficial).

Cine Édén, uma Paixão

Antônio de Oliveira Leal

A infância é o fator mais marcante na vida de uma pessoa, seja pela pureza de alma das crianças, seja pela memória fresca, guardando sempre na mente os fatos vividos naquela encantadora fase. Hoje, com setenta anos, lembro-me com todos os detalhes e minúcias da Fazenda Crissiúma, onde, ao lado de meus primos, fiz as mais gostosas e alegres travessuras de garoto peralta; lembro-me também, com muita saudade da Fazenda Antinhas, dos meus pais, onde passei grande parte da minha pré-adolescência; mas o que me marcou profundamente foi o Cine Theatro Édén, situado na Avenida Joaquim Leite, esquina com a Duque de Caxias, onde hoje é o edifício Édén.

O cinema começou em Barra Mansa por volta de 1910, com um senhor de sobrenome Mantovani, que tinha um projetor de 16m/m, e andava de cidade em cidade levando a máquina e rolos de filmes, tornando o cinematógrafo (primeiro nome da Sétima Arte) conhecido na região sudoeste do Estado do Rio de Janeiro. Interrompendo a narrativa, pergunto ao leitor por que a nossa região é chamada de Sul do Estado, é só ver o mapa para constatar o que escrevo. Mais tarde, ainda no cinema mudo, passou a funcionar com um só projetor de 35m/m o Cinema Édén, na Avenida Joaquim Leite, esquina com a Praça da Liberdade, onde mais tarde foi o Cine Palácio, e hoje é a Casas Bahia. O cinema teve um avanço fabuloso em todo o mundo, tornando-se a principal e mais barata diversão da humanidade, avanço que se tornou maior com a chegada do cinema falado, chamado Movietone. Esperidião Geraidine, um homem sério de grande visão comercial, tinha uma torrefação de café em nossa cidade e achou que Barra Mansa já merecia uma boa casa de espetáculos, então construiu o Cine Theatro Édén, inaugurado em 1924, que foi, na minha opinião, a mais bonita e clássica construção já havida em Barra Mansa, com linhas muito elegantes, interna e externamente. Meu tio J.B. Leal trabalhava em Resende, sendo gerente do Cine Central, do senhor João França. O Sr. Esperidião propôs ao tio Leal voltar para Barra Mansa, e ele veio gerenciar o Édén. Meus pais não moravam na cidade e eu vim estudar, ficando na casa de meus avós paternos, que era

germinada com a casa dos tios Leal e Laura. Após a primeira tarde de aula com minha tia Ritinha, fiquei com muita saudade de meus pais e queria voltar pra casa a todo custo. Tio Leal vendo o desespero do garoto de sete anos, levou-se ao Éden para que eu me distraísse, foi água na fervura, pois a partir daquele dia fiquei completamente apaixonado por cinema, paixão que continua até hoje. Era o dia 25 de março de 1935, e o filme foi o primeiro estrelado por Johnny Weissmuller: “Tarzan, o Filho da Selva”.

O Éden tinha três pavimentos, sendo os dois mais altos de madeira nobre trabalhada; no térreo ficava a platéia, com 504 lugares; no segundo pavimento eram localizados 14 camarotes com capacidade de cinco lugares cada um, com acesso por uma escada de madeira que começava na sala de espera e que também levava à cabine de projeção; o terceiro pavimento é onde ficava a geral, com 150 lugares, tendo também um enorme salão nobre com frente para a avenida Joaquim Leite, e lá eram realizadas festas, reuniões, palestras e conferências, o acesso ao último andar era feito também por uma escada de madeira interna, nas laterais.

O prédio tinha cinco portões de ferro, gradeados, enormes, e portas internas de madeira, com frente para a avenida e com saída para a rua Duque de Caxias, onde três imensos portões de madeira e de correr, davam escoamento ao público da plateia, e mais dois iguais aos primeiros, que serviam de acesso ao enorme palco e aos dez camarins para os atores teatrais. Naquele palco, companhias teatrais famosas apresentaram grandes peças ao nosso povo, tendo como atores Mesquitinha, Procópio Ferreira, Jaime Costa, João Rios, Déa Selva, Darcy Cazarré, Paulo Gracindo, Alda Garrido e muitos outros, além de cantores como Francisco Alves, Silvio Caldas, Vicente Celestino, Roberto Paiva, Gilberto Alves, Trio de Ouro, Pedro Raymundo, Anjos do Inferno, Grande Othelo, Trem da Alegria (Heber de Boscoli, Yara Salles e Lamartine Babo), o concertista de piano Arnaldo Estrela e muitos outros, além de grupos locais de teatro amador. No Éden conheci os maiores e mais famosos astros e estrelas do cinema, como, Frederic March, Paul Muni, Spencer Tracy, Gary Cooper, Norma Shearer, Barbara Stanwyck, Greta Garbo, os irmãos Marx, Charles Chaplin, os inigualáveis comicos Stan Laurel e Oliver Hardy (o magro e o gordo), Joan Crawford, Bette Davis e centenas de

outros astros e participantes brilhantes, entre eles, Claude Rains e Walter Brennan, o único coadjuvante a ganhar três oscars.

Deixei para o final falar do Faroeste e dos filmes em série, que levavam a garotada à loucura. Os seriados eram compostos geralmente de 12 ou 15 episódios, exibidos as quintas-feiras, os da Republic, e aos sábados e matinês de domingo, os da Universal e Columbia. Cada episódio com o mocinho, a mocinha ou o garoto (geralmente era o Frankie Darro) sendo atropelado por um trem, levando uma flechada de índio, morrendo asfixiado ou sendo torturado nas infernais engenhocas do Fu Manchu; a cena era apagada e aparecia na tela o letreiro “Volte na próxima semana”. A garotada passava a semana inteira discutindo como o herói iria safar-se, tornando o seriado o maior auxiliar dos pais no comportamento dos filhos, que não pisavam na bola para não ficarem sem ver o próximo episódio, como castigo. Meu grande ídolo do faroeste e seriados era John Wayne, que foi o mocinho de três deles: “Os Três Mosqueteiros”, “O Trem Ciclônico” e “A Águia de Prata”. Outros seriados que muito me agradaram foram: “A Flotilha Misteriosa”, com Bob Steele; “Flash Gordon”, com Buster Crabbe, “O Guarda Vingador”, com Lee Powell, e “A Deusa de Joba, com o domador de feras Clyde Beatty. Cada dois episódios duravam 30 minutos e, para completar o programa, eram exibidos trailers, jornais americanos e nacionais, além de faroeste pequenos, cujo tempo de projeção era de 50 a 60 minutos, e cujos heróis eram Tom Mix, Buck Jones, Charles Starrett, Tim Mc Coy, Ken Maynard, Bob Steele, Tom Tyler, Harry Carey e Kermit Maynard, que foi o mais perfeito cavaleiro da história do cinema. Até 1936, eu achava que Buck Jones era sinônimo de vaqueiro e não o nome de um ator. Certo dia, estavam o tio Leal e o pintor Giovanni Marins pregando fotografias de um faroeste em uma tabuleta e eu, que estava olhando, disse: “oba, vamos ter mais um filme de Buck Jones”, e os dois responderam que não era Buck Jones e sim John Wayne. Na quinta-feira fui ver o seriado e antes foi exibido o tal filme, que era “Sorte de Verdade”, que tenho gravado em vídeo. O filme e o mocinho me agradaram tanto, que, a partir daquele dia John Wayne ficou sendo o meu ídolo cinematográfico, como foi também de quase todos os aficionados do cinema, pois, em mais ou menos 35 anos figurou entre as vinte maiores bilheterias

em todo o mundo, sendo seis em primeiro lugar, fenômeno que, creio, nunca seria igualado.

Quem não conheceu o Édén, deve assistir “Cinema Paradiso”. Filme do diretor italiano Giuseppe Tornatore, pois o cinema de uma pequena cidade da Sicília é o retrato de todos os cinemas de cidades interioranas em todo o mundo, principalmente o Édén, com todos os tipos e costumes da época, como o que dormia durante a sessão e acordava com o palito de fósforo incandescente em sua testa, os vendedores de balas, o cara que ficava na geral cuspidando nos expectadores da parte de baixo, a garotada da primeira fila, que se masturbava ao ver uma cena de beijo, e o padre fazendo a censura do filme com a tesoura.

Meu querido Édén, você foi demolido, mas viverá eternamente na minha primeira lembrança e na minha sala de visitas, onde tenho um quadro seu, pintado pelo brilhante artista e amigo Clécio Penedo. Édén do senhor Esperidião, do senhor Camerano, do senhor Montuori, do tio Leal, da tia Laura, da D. Hilda, dos senhores Olindino, Fedoca, Fábio Vianna, Costela, Lopes, do Canário, do Norte, do Nicanor, do Lucy, do Eduardo, do Adolar, do Giovanni, do Mozart Cardoso e de tantos outros funcionários com quem tive o prazer de conviver. Édén que alegrou e empolgou a minha infância, que fez todos os meninos sonharem ser alguém importante um dia, ensinando a eles o caminho da bondade, do respeito e da honestidade (os filmes da minha infância só ensinavam o triunfo do bem sobre o mal). Deixo aqui, sem querer ser piegas, o meu eterno agradecimento e a minha saudade.

(Texto publicado originalmente no livro Prosa & Verso IX, do Grêmio Barramansense de Letras)

Revoluções Silenciosas: niilismo e modus vivendi em Barra Mansa na derrocada da Escravidão (1884-1888)

Djalma Augusto dos Santos Mello

Recentemente, participando de um encontro de literatos e historiadores no Real Gabinete Português de Leitura, pude deparar-me com uma vasta produção sobre o “longo século XIX”, tendo como objeto de pesquisa científica, o comportamento de escravos, crioulos alforriados e até um certo movimento feminista das mulheres brancas na Corte e também em cidades como São Paulo, Recife e Salvador. Barra Mansa não poderia ser uma ilha em uma sociedade conservadora à luz do dia, mas nas noites com iluminação precária, surgiam abolicionistas que retiravam escravos de residências, soltando-os, com o apoio de maçons que aspiravam à República, enquanto D. Pedro II viajava o mundo com o seu jaquetão, colocando-o numa condição de discríção, voltado para as leituras, ciência envolvido com o seu principal hobby: a fotografia.

Entre os anos de 1884 e 1888, Barra Mansa sentiu os mesmos efeitos de um Brasil que se encontrava em uma metamorfose kafkiana, ou seja, o homem escravo tornava-se livre porque o mundo estava em uma mudança rápida e em Barra Mansa não seria diferente. A mudança no planejamento urbano ainda era lenta e gradual, mas a mentalidade sobre um futuro não escatológico mexia com a *intelligentsia*, permitindo um presente-futuro com o advento do capitalismo industrial e o Estado republicano, que consolidava o seu positivismo como filosofia política.

A vinda do projetista e botânico francês August François Marie Glaziou, que ocorreu após o convite de Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, para a criação do Jardim Municipal, atual Parque Centenário. O Jardim era frequentado somente pelos brancos que apreciavam várias espécies de plantas, como a canforeira do Ceilão, as figueiras da Índia, as palmeiras imperiais das Antilhas e eucaliptos australianos. Durante todo o século XX, os historicistas produziram livros moldando a sociedade com o Darwinismo social, ou seja, branca e elitizada, mas a história é o

alicerce para a compreensão do *modus vivendi* das alforriadas e das mulheres brancas em Barra Mansa. Enquanto a burguesia tradicional escandalizava-se com a Chiquinha Gonzaga no Rio de Janeiro, outras mulheres usaram meios silenciosos para a ascensão social e domínio do espaço público. Os estereótipos esquizofrênicos de alguns historicistas do passado não permitiram a divulgação sobre o papel social dos escravos no último quartel dos oitocentos. As mocinhas, que pertenciam às famílias mais tradicionais de Barra Mansa, como de costume, invejavam as escravas e alforriadas que vendiam seus quitutes nas ruas, o que hipoteticamente deveriam ser democratizadas, sobretudo, no Jardim Municipal. A conquista do espaço público foi silenciosa, criticada por muitos, por permitirem as moçoilas de estarem interagindo fora dos eventos privados entre as famílias tradicionais de Barra Mansa e da região do Vale do Café. Esta nova mentalidade, fruto das transformações culturais do Brasil na segunda metade dos oitocentos, com a influência francesa e a sua *folie* que ocupou Barra Mansa e o país.

Eu mesmo deparei-me com uma publicação no jornal “Aurora Barramansense”, às vésperas da abolição da escravatura, de um escravo que pedia encarecidamente a devolução do seu livro “Os Miseráveis” do romancista francês Victor Hugo, publicado ainda sem tradução na época. O número de escravos letrados era irrisório, mas a menção não poderia ser ocultada. Muitas crioulas minas compravam escravas, surrupiando contos de réis de seus senhores e colocando suas escravas em laranjas, ocultando a verdadeira proprietária, como prática comum em todo o Vale do Café e na Corte. No substrato, os escravos e alforriados sentiam na pele as Leis que foram criadas em benefício deles, mas as coisas mudaram com a “brecha camponesa” após a criação da Lei Sinimbu, em 1878, favorecendo a entrada de imigrantes, tornando-se a primeira Lei trabalhista no Brasil, com um regime escravocrata perante um grupo de europeus que não aceitavam as más condições de trabalho e sem poder romper com as parcerias. Entre os escravos e alforriados, restava a Lei Áurea, encerrando um ciclo na História de Barra Mansa e do Brasil.

A historiografia e os seus historicistas positivistas, nos apresentaram uma Barra Mansa e um Brasil entusiasmado com a República, mas não compreendeu o presente-futuro

niilistaSchopenhaueriano-nietzschiano em um país que desejava um progressismo político. O historiador alemão Reinhart Koselleck, mapeia como poucos o desejo do homem como elemento histórico: “No campo da política pessoal das elites [...] assim como no campo das transformações dos processos de produção por meio da técnica e do capitalismo industrial, a história assegurou e testemunhou continuidade dos planos: jurídico, moral, teológico e político. E a nenhuma dessas transformações faltou sentido voltado à ordem divina ou uma regularidade de ordem natural. Aos acontecimentos imprevisíveis era atribuído um sentido mais profundo ou mais elevado. A tese da capacidade de repetição e, com ela, da capacidade de transmissão de ensinamentos atribuída à experiência histórica era um momento constituinte da própria experiência: *história magistra vitae*”. O historiador alemão foi capaz de perceber a estrutura que é atemporal, metamorfoseada e que ainda é um campo fértil para os historiadores de Barra Mansa e da nossa região.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José D'assunção. O tempo dos historiadores, Petrópolis, RJ. Ed. Vozes; 2013.

Jornal **Aurora Barramansense** [1884-1888] Academia Barramansense de História.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro-Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro. Ed. Contraponto, 2006.

MOURA, A.R. Carlos. Nietzsche: Civilização e Cultura, São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2014.

Parque Centenário – Jardim das Preguiças

Eduardo Augusto da Silva Wernech

É do século XIX o Parque Centenário, projetado pelo francês Auguste François Marie Glaziou, e está situado à frente do Palácio Barão de Guapy. Suas grades guardam ainda o estilo de uma época e seu portal registra a beleza do Brasil Colonial. Também é conhecido como Jardim das Preguiças. Local aprazível, com variados espécimes da fauna e da flora brasileira. O Parque Centenário de Barra Mansa se encontra inserido em uma área urbana de aproximadamente 9.000 m², e é habitado por diversas espécies animais e vegetais. O parque recebeu este nome em 1932, em homenagem ao município de Barra Mansa quando completou 100 anos. (AMADO et al, 2010). Já passou por diversas reformas, dentre elas, a mais importante, foi realizada em 1964, pelo então prefeito Moacyr Chiesse, que fez o plantio de diversas espécies no local e hoje continua abrigo uma biodiversidade de espécies de grande importância para a avifauna e de alimento para as preguiças. No entanto, com relação às espécies vegetais, muitos indivíduos de idade avançada se encontram localizados em seu interior. Além das espécies vegetais, encontra-se uma avifauna diversificada e cotias, vivendo neste ecossistema. Foi importante o trabalho realizado neste ano de 2015, com o projeto de revitalização que objetivou o plantio de 1000 (mil) mudas com 57 espécies nativas, para a formação de um sub-bosque, considerando a idade de alguns indivíduos, até mesmo centenários estar chegando próximo do fim de sua vida útil. Sendo assim, se fez necessário o plantio imediato de mudas, para que futuramente, daqui a 10 ou 15 anos, tenhamos o Parque em boas condições florísticas e em melhores condições que as atuais. Foi tomado o cuidado de inserir mudas de espécies nativas tais como Embaúba, Paineira, Figueira Vermelha, Aldrago dentre outras que sirvam de alimento aos bichos- preguiça (*Bradypus variegatus*). Atualmente há 21 indivíduos entre machos, fêmeas e filhotes. Foi necessário a supressão de 25 indivíduos de *Caryota urens L.*, da família Arecaceae, conhecida popularmente como Palmeira rabo-de-peixe, originária do sertão do ACRE, que já havia

causado a morte de duas preguiças e causado acidente grave pela toxicidade de seus espinhos em trabalhadores do parque que foram imediatamente medicados correndo até mesmo risco de morte. Elas foram substituídas por ***Cecropia glaziouii***, da família Urticaceae, conhecida como Embaúba. Esperamos assim melhorar o aspecto paisagístico do Parque. Foi criado um decreto para que o Parque fosse transformado em uma unidade de conservação permanente, sendo elevado a Unidade de Conservação, e renomeado como “Parque Natural Municipal Centenário Complexo Auguste François Marie Glaziou”, incorporando todo o seu entorno, e preservando o Corredor Cultural. Para finalizar, ressaltamos que a realização do projeto de revitalização só foi possível com a parceria estabelecida entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a OSCIP - Associação Ecológica Piratingaúna. Que fique registrado para a história este trabalho e o empenho de todos.

A SAGA DO TREM

Evandro dos Reis Brito Sarmento

Barra Mansa é uma cidade estrangulada pela Linha Férrea e seu povo, refém de um Pátio de Manobras.

A Linha Férrea

A Linha Férrea parece eterna. Na década de setenta, a febre dos elevados afeta as cidades com o problema de trânsito e se espalha como epidemia. Carretas e carretas transportavam da CSN para o Rio de Janeiro peças metálicas gigantescas, bases da construção dos enormes viadutos na grande cidade para desafogar o trânsito intenso de veículos, depois da progressiva instalação de fábricas de automóveis em nosso país.

Pasmem, é dessa mesma época o nosso artigo propondo um elevador menos extenso do que fora feito alhures. A nossa proposta teve apoio em planejamento por nós idealizado, que constituía em um “elevador” para o trem, no sentido Rio – São Paulo, a rampa ascendente, hoje, começaria na altura do Barbará e a descendente, após a passagem de nível na entrada de Saudade, cerca de três quilômetros de extensão, como a solução secular.

Vantagens mil o munícipe há de contrater, mas nos permitimos apontar estas: desobstrução do centro da cidade; nova avenida surgiria com duas pistas ladeando o elevador nos dois sentidos de direção de tráfego; e cruzamentos normais, sinalizados, nas consideradas antigas passagens de nível – no lugar das atuais convulsionadas, onde o povo sofre com a travessia entre carros, animais e o assustador apito do trem.

Outros aspectos afloram do âmago do projeto: a rede hospitalar que fica do lado esquerdo, sentido Rio Paraíba. Se alguém se vitimar em acidente na Rodovia Presidente Dutra, terá morte iminente por falta de recurso, barrada, hoje, pela passagem de nível com o trem parado ou em movimento na cara de todo mundo, inerte, remoendo-se de raiva.

Um proposição bem estruturada traz no seu bojo as fontes de recurso para plena realização da obra. Considerando-se o elevador

construído, a nova avenida pronta, nos seus três quilômetros de extensão e o atual valor do metro quadrado de terreno no centro da cidade, passemos, agora, a calcular o número de terrenos que comportariam o lado par e ímpar da nova avenida, quem sabe não dariam para custear a obra? Um gabarito de obras para aprovar as construções seria incluído no projeto.

A nova rua comercial e maior arrecadação para os cofres públicos; a beleza arquitetônica mudaria a feição da cidade, o que já nos dá saudades da nossa Patinho Feio.

O Pátio de Manobras

Manobra – do latim manus – mão de obra. Vaivém de locomotivas, nas estações de caminho do ferro, para organizar os trens na linhas convenientes. Loucura de uma cidade! Quem inventou o trem, inventou as manobras e os manobreiros. As manobras são necessárias para compor o trem e o manobreiro emprega os meios necessários para conseguir a composição. O trem em si, tem um princípio útil: serve ao homem. O homem inventou o trem para o homem e o homem é o manobreiro que manobra o trem. Ele cumpre diligentemente o seu papel: compor o trem. Tudo é manobra. O movimento e a evolução das máquinas mais vagões formam um quadro “impressionista” digno de figurar em qualquer galeria de arte, famoso será e apreciado por quem não tem o privilégio de nascer, criar-se, morar e acordar todas as manhãs com o barulho das manobras e apreciando o mesmo quadro todos os dias.

Manobras diurnas. Manobras vexatórias. Tudo para. O trânsito para. O viandante para. O carro para. O trem para. Uma população encurralada, estrangulada, agredida física e psicologicamente. Ninguém passa. Os vagões são barreiras nas passagens de nível, bloqueando-as literalmente. O nosso coração também para quando o apressadinho pula entre os vagões com os pés apoiados no engate.

Há que se aplicar artimanhas para escapar ao manejo calculado das máquinas – manobra para alucinar, enervar, agitar, intranquilizar, afetar, castigar, dificultar, enfurecer uma população pacata, submissa, que só deseja transitar livre e calma no uso do seu direito constitucional de ir e vir, sem ameaças, sem riscos,

sem importunações e sem ser figura principal de cenas brutais, violentas, como a do corpo arrastado, esfacelado por rodas trágicas, vigorosas, mortíferas da anaconda de ferro.

Há décadas esse problema se arrasta, com promessas e promessas de solução. A última: um “outdoor” da altura de um prédio é colocado próximo à passagem de nível central voltado para a rua José Marcelino de Camargo, propaganda governamental, disponibilizando verba de mais de quarenta milhões de Reais para as obras. “Ave-te”, fim do Pátio de Manobras e o nascimento da rodovia ladeada por trilhos remanescentes. Projeto grotesco. Difícil de entender. As obras começariam logo. Havia prazo para o início. Teve início imediato, mas não teve fim, isto é, por conclusão. A obra foi interrompida da noite para o dia. Não se falou mais na conclusão. A verba? Supomos que foi gasta, não sendo suficiente para concluí-la. O povo se calou e chorou de tristeza. Mais um projeto que não deu em nada. E o pátio de manobras continua, nas mesmas horas, com apitos e campainhas mais sonoros.

Fico com o meu projeto de quarenta anos atrás, muito mais agora que tivemos a privatização da CSN, significa que temos de quem cobrar diretamente, vez que a linha só existe para servir a empresa privada.

Mudos assistimos, mudos ficamos, diante dessa lástima. Ó Deus, onde estás que não nos ouve? Que não vens em nosso socorro? Que não atendes as nossas súplicas? Seria a empresa tão pobre, deficitária que não possa retirar de seu vultoso ganho, um mínimo para atender aos anseios de nossa gente?

Rialto - Distrito Barramansense

Ivan Marcelino de Campos

Era final do século XVIII, e ele já se fazia presente entre os rios Turvo e Bananal.

Habitado pela tribo de índios Puris que moravam em “Cuari”, linguagem usada por eles para denominar a sua residência, habitação simples que era sustentada por uma camada inferior de folhas de palmeiras.

O então povoado do Divino Espírito Santo da Barra do Turvo, como era conhecido, já servia como suporte de apoio às tropas que por ali passavam com destino aos portos do mar, fazendo ali ponto de descanso dos tropeiros.

Com o passar dos anos e o aumento da população, o povoado foi prosperando, a capela frágil e corroída pelo tempo que lá existia, foi demolida, e iniciou-se a construção de outra para substituí-la. Esta obra iniciou-se em 1833, ano em que o povoado passava a chamar-se Curato do Divino Espírito Santo da Barra do Turvo, e a igreja era quem controlava o local. Ela continuou a ser construída e passou por várias etapas até ser concluída em 1887, tendo recebido recursos do Legislativo Estadual. A igreja é hoje o patrimônio histórico mais valioso e um dos mais bem preservados no município.

Como se pode concluir através dos anais da história, o curato era de tanta valia que abrigava dentre muitas pessoas importantes e influentes da sociedade, o tenente Domiciano de Oliveira Arruda, o padre José Britualdo de Melo e o dr. José Ferreira Nobre, tendo os dois primeiros exercido o cargo de presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa.

Por meio da Lei Provincial nº 308, de 29 de março de 1844, o curato foi elevado à categoria de freguesia, mantendo-se como uma das alavancas propulsoras do sucesso do município, tanto na agricultura quanto na pecuária.

Um fato que bem justifica isto, politicamente falando, foi a posse do primeiro prefeito nomeado, em 1914, João Luiz Ferreira, ter acontecido no distrito.

Após passar a chamar-se Distrito do Espírito Santo, em 1909 finalmente recebeu o atual nome de Rialto.

A versão mais aceita de troca para o atual nome é a de que, devido ao rio que por lá passa, o Bananal, percorrer uma área de planalto, descendo em seguida até desembocar no rio Paraíba.

Um dos marcos importantes na vida daquele distrito foi o ramal ferroviário que por ali passava, criado inicialmente para escoar a produção de café, e, posteriormente, estendida ao transporte de passageiros, servindo também para escoar a produção leiteira. Seu funcionamento deu-se de 1883 a 1965, e muito contribuiu para o desenvolvimento local.

Dentre os nobres e ilustres passageiros, que por aquela ferrovia passaram, podemos destacar o grande jornalista, poeta e bibliófilo Luis Edmundo, que foi também diretor do jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, autor de peças de teatro e de diversos livros. Entre eles citamos “O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis”, reeditado pelo Senado Federal recentemente. Ele foi o proprietário da Fazenda Bela Vista, que tem partes de suas terras situadas no Distrito de Rialto.

Após a desativação da ferrovia, iniciou-se a abertura e ampliação da rodovia de ligação entre o distrito e a sede do município, que desde então recebeu diversos reparos, mas até o momento aguarda o tão esperado asfalto para solucionar de vez o grande problema que impede o crescimento local, visto que o acesso é fundamental para o desenvolvimento.

Olhando o distrito, de fora para dentro, vemos que ele contribuiu e continua contribuindo muito para o crescimento do município, exportando: cultura, entretenimento, lazer, hospitalidade, religiosidade, diversões, mão de obra qualificada e oportunidade de trabalho na agricultura, pecuária e indústria.

Não podemos deixar de mencionar as atividades que são realizadas pela comunidade com poucos recursos, mas com muita criatividade como: resgate da memória através do livro, criação de Hino e Bandeira do distrito, cavalgadas, romaria e criação do Centro Rialtense de Cultura, entre outros.

O clima de montanha, as águas cristalinas dos rios e cachoeiras e as matas tropicais de encosta, formam um conjunto perfeito para quem gosta de curtir a natureza.

Mesmo com todos estes potenciais, temos que admitir que o distrito cresce em passos lentos e o fator responsável por isso é a falta de vontade política em investir lá. Mesmo estando em pleno

século vinte e um, a população ainda convive diariamente com poeira no inverno, e lama no verão, por consequência das ruas locais serem de chão batido, que, além do transtorno, ainda prejudica a saúde dos moradores.

Enquanto a pavimentação não chega, só resta aos moradores a leitura de textos de ilustres personalidades, que através do ouvido, da visão, do pensar e do sentir, tira do aprisionamento d'alma, versos e prosas que melhor retratam a localidade, e dentre muitos deles, podemos citar os versos de Alice Borges, "Cantando ao Rio Bananal" e os da professora Matilde Diniz Lacerda, "Rialto". De Dayse Borges, o conto "Os Bitus", e o acróstico de autoria da professora Marta, que por mais de 30 anos foi diretora da escola estadual municipalizada daquele distrito.

R ealidade
I deal
A mor
L iberdade
T rabalho
O rdem

(Texto publicado originalmente no livro Antologia Grebalista II, do Grêmio Barramansense de Letras)

Homenagem à Barra Mansa

Jean Carlos Gomes

Barra Mansa,

Oh! Minha querida Barra Mansa,
Tu és a princesinha do Vale do Paraíba,
Cortada pelos rios Bananal, Bocaina e Paraíba do Sul...

Desde quando te conheci, quando fui ao GREBAL
– Grêmio Barramansense de Letras – em 1998, pela primeira vez,
A convite do saudoso poeta patriota, Pedro Viana Filho...

Indo e vindo (de Volta Redonda até aí...) viajo e me inspiro
Em tua história rica e lendária
E em teus causos e costumes peculiares...

Barra Mansa, Rosa dos Vergéis do Paraíba!
– Como escreveu a talentosa poeta Lacyr Schettino
Em: Nasce uma Cidade –...

Serviste de itinerário para muitos desbravadores
Que ajudaram a erguer-te...

Possuis uma população mista: formada por descendentes europeus
(Portugueses, italianos e espanhóis), mas também franceses e alemães,

Além de uma dinâmica colônia sírio-libanesa,
Assim como também de ameríndios e de escravos africanos...

Tu és uma das maiores cidades do Sul Fluminense,
Com a segunda maior população da região...

Indo no coletivo intermunicipal, descia perto da Ponte dos Arcos,
Do supermercado..., próximo ao GREBAL, na Beira-Rio
(Que tinha em suas margens inúmeros vendedores ambulantes),
Do outro lado, o bairro Ano Bom, o Ilha Clube, o SESC...

Ao passar pelo Parque Centenário
(Projeto do renomado paisagista Auguste Glaziou),
Localizado em frente ao Palácio Guapy (antiga sede da Câmara Municipal)...

Andando do lado do Jardim das Preguiças, com suas grades que cercam
As tuas árvores altas e centenárias, teus bichos, tuas plantas,
Teus bancos, teu coreto vazio, mas encantador...

Ao atravessar pela linha férrea antiga, ouve-se o barulho forte
E demorado dos vagões do trem, que às vezes leva-me
A uma viagem fabulosa ao passado...

Vejo a antiga Estação,
Avisto de longe o Prédio da Prefeitura,
Piso e ando na movimentada e apertada Avenida Joaquim Leite,
Palco dos tradicionais e inesquecíveis carnavais (pra quem os viveu...),

Passo pela Igreja Matriz, cenário perfeito das festas religiosas,
Populares, dos comícios históricos...

Um pouco adiante, pela transversal estreita, a Dr. Mário Ramos,
Chega-se ao Centro Universitário...

Ainda na Avenida, a Rodoviária, um pouco mais pra frente
A Fazenda da Posse, onde tudo começou,
... Morros, matos, o Rio Paraíba passando,
A Barbará... O fim da divisa com Volta Redonda (que foi o seu
oitavo distrito)

Pelas mãos do seu principal desbravador e fundador,
Custódio Ferreira Leite – O Barão de Ayuruoca –
Que trouxe esperança e triunfo para aquela que se tornou
A princesinha do Vale do Paraíba e cidade do meu coração!!!

*(Texto originalmente publicado no livro Prosa e Verso XV do Grêmio
Barramansense de Letras, por ocasião do aniversário de 180 anos de
Barra Mansa)*

Barra Mansa e sua Origem

José Carlos Franco Faria

Desde a descoberta do Brasil os portugueses buscaram na região do Vale do Paraíba vestígios de metais preciosos, índios para escravizar e estabelecer ligações entre o interior e o litoral. No início do século XVII foram percorridas várias trilhas indígenas que conduziam ao litoral ou ao interior, sopé da Serra da Mantiqueira. Daí é que os “Bandeirantes” partiam, até atingir a região das minas, o caminho cruzava a “Garganta do Embaú”, uma parte baixa da serra onde hoje fica a cidade de Cruzeiro. Este caminho se tornou a mais importante passagem para chegar às primeiras jazidas de ouro.

Estes desbravadores abriram os primeiros caminhos em direção ao Vale do Paraíba e a Serra da Mantiqueira. Nosso Vale do Paraíba sofreu influencia de diversos povos para se constituir no que é hoje, uma das grandes regiões de nosso País. Índios, africanos e portugueses principalmente ajudaram a materializar o que é hoje nosso Vale do Paraíba. O encontro dos índios com os tropeiros vindos de todas as partes promoveu a mistura de povos de realidades diferentes. Este encontro nem sempre foi tranquilo, a ponto dos governantes portugueses inundar aldeias de índios das vários tribos da região.

Assim, os Puris, os Araris e os Coroados foram reunidos sem se misturarem, em aldeias com “padres” para catequizá-los. Na região do distrito de Rialto, isto aconteceu com os índios Puris; em Resende, no distrito da Fumaça, foi criada a aldeia de S. Vicente Ferrer; no final, prevaleceu o que havia de melhor em cada cultura.

Nós de Barra Mansa temos uma característica que se confunde com paulistas, mineiros e cariocas. Somos brasileiros ecléticos, mas não podemos deixar de lembrar com respeito nossos primitivos habitantes, isto é, os índios, os negros e portugueses, que aqui se mesclaram. Todos trabalharam no cultivo do café, do algodão, cana de açúcar, proporcionando nossa riqueza.

Herdamos tudo naquele tempo, tínhamos tudo de melhor que a Europa produzia. Nas casas tivemos: porcelanas, pratarias, tapeçarias, móveis e cristais. Naturalmente, à custa do trabalho desses africanos, índios e misturas várias. Hoje esta gente de

origem eclética é até chamada de maneira depreciativa, ora somos caboclos, ora caipiras, mas em verdade somos barra-mansenses, do Vale do Paraíba.

Recebemos a todos que aqui vêm com atenção e boa vontade, assim comprovamos que onde surgimos havia um ribeirão chamado de Barra Mansa, e por isso somos cidadãos brasileiros mansos e cumpridores de nossos deveres e obrigações. Nunca tivemos ouro em nossas terras, mas um rio com muita água e terra boa. Até hoje por aqui restam comunidades descendentes de escravos rio a fora. São os quilombos encontrados em São Joaquim, Valença e Rio Claro.

Os índios aldeados se dispersaram e se mesclaram, mostrando que o Vale do Paraíba é terra de todos, assim algumas famílias de Barra Mansa mostram sua ascendência com orgulho.

Tudo que valoriza nossa mescla social é extremamente importante, ajuda a marcar a personalidade de nossa cidade.

Sei que o rio Paraíba é o grande vetor de nosso progresso, nossa riqueza vem da água, tudo depende dela, nem é preciso dizer que ela mata nossa sede, ajuda na climatização e na higiene. Por isso é preciso cuidar bem do nosso rio, ele é nossa vida sobremaneira. É preciso mostrar e ensinar isso nas escolas. Como dizia a poeta Lacyr Schettino: “Barra Mansa é a Rosa dos Vergéis do Paraíba”.

O nascimento de nossa cidade ocorreu após 1764. Por esta ocasião havia terminado o “ciclo do ouro”, em Minas Gerais. Esta região do Vale do Paraíba era ainda uma área completamente selvagem e habitada somente pelos índios, nossos primitivos habitantes. Surgiu a palavra “Barra Mansa” designando um pequeno rio que era afluente do Rio Paraíba do Sul, em sua margem direita. Esta palavra é encontrada em um mapa da região da Capitania do Rio de Janeiro, mandado confeccionar pelo Vice-Rei Antônio Álvares da Cunha (Conde da Cunha).

Por esta ocasião, o governo português já se preocupava com a interiorização e exploração de terras brasileiras. Até então os portugueses tinham se preocupado só com o litoral do Brasil. Começou então a distribuição de terras no interior para pessoas que se dispusessem a criar fazendas de gado e mantimentos. Estas áreas recebiam o nome de “Sesmarias”, e por isso tinham a dimensão de 6 léguas quadradas.

Em 30 de agosto de 1764, o cidadão Francisco Gonçalves de Carvalho recebeu uma sesmaria que ia da foz do Rio Bananal, continuava pela margem direita o Rio Paraíba do Sul, até a foz do Rio Barra Mansa. Esta doação foi confirmada pelo Rei D. José, de Portugal, em 17 de janeiro de 1765. A área era na verdade isolada da civilização, lugar ermo por inteiro. Era uma região habitada ainda pelos selvagens e o homem branco esporadicamente abria trilhas para se interiorizar. Aí nascia Barra Mansa, por incrível que pareça. Paulistas (bandeirantes) e mineiros misturados, percorriam nas duas direções o Rio de Janeiro e os ares das antigas minas já em extinção.

Francisco Gonçalves de Carvalho não se interessou muito por sua sesmaria, parece que nunca por aqui apareceu. Poucos anos depois, sua sesmaria foi vendida aos Sargento-Mór José Pereira da Cruz, que logo deu início à formação de uma fazenda. Barra Mansa nasceu daí. Na foz do rio ele abriu um engenho e construiu uma capela que teve São Sebastião como patrono, santo de sua fé. Ele era muito religioso.

A fazenda foi construída por ele por volta de 1800, e o local começou a atrair os viajantes que por aqui acampavam, para descanso de suas caminhadas. Este ponto após o Rio Barra Mansa tornou-se dormitório de viajantes que por ali se achavam protegidos de assaltos. O local era conhecido como São Sebastião da Posse, e mais tarde um pouco, São Sebastião de Barra Mansa.

Todo passado de uma cidade nasce por razões nem sempre bem conhecidas, um nascimento nem sempre bem anotado deixa escapar muitos detalhes. Sabemos que Barra Mansa não nasceu pelas riquezas de suas terras, já que aqui não havia ouro ou pedras preciosas, mas por sua localização, que sempre foi caminho para os mineiros, goianos, paulistas e brasileiros de um modo geral, e continua sendo até hoje. Colonos destemidos que enfrentavam a floresta, os índios, pelo rio Paraíba acima ou abaixo, que plantaram o progresso nas áreas de nosso município, com grandes derrubadas e inúmeras plantações.

A lei de criação das “Sesmarias”, entre outras restrições, obrigava aos pioneiros a reservar as madeiras de lei para as “naus” do reino.

Nosso nome surgiu pela “barra mansa” que se formava na confluência dos rios no Paraíba. Quando comemoramos cada

ano de nossa existência com autonomia, é muito bom lembrarmos-nos de nosso nascimento. Nunca esqueça sua origem, cultive-a e a passe para os de hoje e aos de amanhã.

O que se imprime sempre fica com alguém ou em algum lugar. Este trabalho, que chamo “barramansear”, constitui um modo de conscientização e elaboração de nossa memória histórica. Conhecer e esclarecer a nossa origem é uma maneira de guardar a verdade de nosso passado já tão longínquo.

A fazenda construída pelo Sargento-Mór José Pereira da Cruz tinha o nome de Fazenda da Posse, até hoje ela subsiste naturalmente graças à São Sebastião.

Todos os grupos humanos se relacionam com o passado, a memória que guardamos dos cidadãos que viveram antes de nós, é como um culto aos ancestrais.

Francisco Gonçalves de Carvalho foi o primeiro habitante oficial de Barra Mansa, quando obteve a sesmaria que o Conde da Cunha, Vice-Rei da Capitania do Rio de Janeiro, lhe deu para abertura de uma fazenda de gado.

Que este desprezioso trabalho possa contribuir, embora modestamente, para esclarecer o nascimento de Barra Mansa.

Barra Mansa Futebol Clube

José Carlos Franco Faria

O futebol surgiu em Barra Mansa em 1908 trazido do Rio de Janeiro como novidade esportiva por estudantes. No princípio o jogo era praticado em terrenos baldios por grupos que se organizavam formando times e não clubes. As disputas aconteciam entre times que representavam o comércio, estudantes ou filhos de fazendeiros e que na realidade constituíam as classes sociais de então. Toda a nomenclatura e regras do jogo usavam palavras da língua inglesa a mostrar a origem do foot-ball. Os campos de jogo não tinham a dimensão oficial e nem os gramados hoje existentes, jogava-se em terrenos mais ou menos planos, os locais os mais diversos, assim era comum o jogo na atual rua Jorge Lóssio, no terreno do Lazareto, na Figueira e até junto ao prédio da Câmara Municipal. Firmando-se o novo esporte na aceitação pública, os jogadores começaram a se organizar em sociedade e clubes. Segundo o jornal Gazetinha, de 21 de maio de 1914, o primeiro clube se instalou em frente a Escola Pública da Figueira, congregava distintos rapazes da nossa sociedade e tinha uniforme com camisas na cor azul e branco em linhas verticais, calções brancos muito compridos, no meio da canela, e calçavam botinas ao invés de chuteiras. Este clube era chamado de Barramansense Foot-ball Club. Para pugnar com o mesmo, surgiu o Sport Club Independente, formado por rapazes empregados no comércio. Tinha seu campo de jogo na atual rua Jorge Lóssio e em sentido contrário ao da rua. Usavam uniformes com camisa de algodão branco e simples camisetas com mangas comuns na época. Estas sociedades esportivas constituíram a semente do Barra Mansa F.C. atual e foram os pioneiros na prática do futebol no Vale do Paraíba. Nos primeiros anos, os times se enfrentavam constantemente numa festa que envolvia futebol, piquenique e bailes, era por assim dizer uma festa envolvente com cada grupo elegendo a sua rainha, escolhida entre as moças da sociedade a quem competia a entrega de flores antes e após cada partida e no meio de muitos discursos. O relacionamento entre os dois clubes era o mais amistoso que se podia imaginar e logo desapareceram para dar origem ao Barra Mansa, que surgiu em 26 de setembro de 1915,

para representar o futebol da cidade nos encontros contra clubes de fora. A revista Cartão Postal, de 10 de outubro de 1915, assim narra a notícia: “Sob a denominação de Barra Mansa F.C. acaba de ser organizada nesta cidade por um grupo de moços progressistas, uma sociedade para se cultivar o esporte da moda. Em Assembleia Geral de sócios fundadores, em 26 de setembro de 1915, foi eleita sua diretoria, que se empossou em 3 de outubro e assim constituída: A. Moravia Junior (presidente), Dr. Francisco Leite (vice-presidente), René Labarthe (1º secretário), Alberto Quintas Gonçalves (2º secretário), Argemiro Coutinho (1º tesoureiro), José Alves de Souza (2º tesoureiro), Gilberto Magalhães (cobrador), Dr. Carolino Lengruber (representante), Olindino Alves da Costa (capitão), e Clodoaldo Sobrinho (fiscal de campo). Esta agremiação esportiva iniciou sua trajetória de glórias que levaria o nome de nossa cidade por todo o Estado do Rio e também pelos Estados vizinhos, desde a sua fundação o Barra Mansa projetou-se como fator de grandes paixões e memoráveis feitos. Em 1916, um imigrante libanês apaixonou-se de tal forma pelo clube que tomou-o sob sua liderança e o conduziu por inúmeras vitórias esportivas, este grande desportista de nome Esperidião Geraidine liderou o futebol barra-mansense até sua morte. Sua grande providência foi mudar o campo para uma área de dimensões adequadas para uma cancha oficial e com o apoio do Dr. Luiz Ponce de Leon, então provedor da Santa Casa, escolheu um terreno daquela instituição para ali estabelecer o Barra Mansa Futebol Clube. A instituição e preparação do terreno mereceu o apoio da sociedade em geral, e com euforia foram arrancados os pés de maricá e louceiras de cana e cercou-se o local com bambus, convencionou-se com a Santa Casa o pagamento simbólico pelo clube de uma aluguel de 500 réis. Naquele campo viveu o Barra Mansa suas glórias, e em inúmeras vezes projetou-se como um clube vencedor. Entre 1920 e 1930 suas vitórias foram tantas pelo Vale do Paraíba afora que ganhou a alcunha de Leão do Sul. Seu grande líder Esperidião Geraidine ousou adotar um temerário profissionalismo, numa época em que os clubes das grandes cidades ainda repeliam tal procedimento, o BMFC recebia jogadores de todos os recantos e que aqui ocorriam pela fama do clube e pensando ganhar a vida jogando futebol. Formou-se uma grande equipe e que por

muito tempo tornou-se quase imbatível. Após 1933, com o surgimento da Federação Fluminense de Desportos, o clube se filiou a subsidiária Liga Sulfluminense com sede em Barra do Piraí, foi quando começou a nascer a grande rivalidade esportiva entre as duas cidades, nos encontros futebolísticos entre o Leão do Sul e os times do Central e do Royal. As competições locais ficaram em segundo plano, raramente um time local se atrevia a enfrentar o todo poderoso BMFC, isto porque todos os melhores jogadores só almejavam vestir a camisa azul com a cruz de malta que Esperidião adotara para o novo uniforme. Na década de 40, com a criação da Liga Barramansense de Desportos Amador, voltou o clube para o campeonato local, seguiu-se então uma série de vitórias, seu maior rival se tornou o Minas E.C., com quem travou memoráveis pugnas. Nesse período, sob a direção técnica de Sebastião Alves, ganhou o Barra Mansa campeonatos seguidos. Suas vitórias despertavam mágoas e invejas, de tempos em tempos os adversários formavam times para derrotar o campeão, mas todos acabavam derrotados. O campeão continuou seu sendeiro de glórias, desinteressado nas pugnas locais e a partir de 1945 se lançou a disputar a Copa Vale do Paraíba. Sua presença era exigida por todos os clubes, desde Resende até Campos. O clube ganhou várias vezes esse torneio. Mas o futebol sofreu evoluções na sua estrutura, não nas regras do jogo em si, mas nos fatores extra campo. Em 1958, o Brasil se tornou campeão mundial pela primeira vez, a era Maracanã, ajudada por boas estradas, começou a tirar parte dos nossos vencedores para o campeonato carioca, a própria televisão paradoxalmente prejudicou o futebol do interior, nosso campinho já com o pomposo nome de Estádio Esperidião Geraidine se esvaziou e quando se pretendia oferecer um grande espetáculo futebolístico ele se tornava acanhado para a assistência que ali ocorria, aquele mar de torcedores não se dirigia a pé para o campo, os automóveis, de uso obrigatório, não encontravam estacionamento para atender a todos, e finalmente os custos. Encontrou-se assim uma fase de desânimo e insolvência e os verdadeiros desportistas cansaram-se de meter as mãos nos bolsos para salvar as aparências e liquidar os compromissos. A área do campo, por demais central e exígua, não oferecia alternativas para a construção de um estádio condizente. O clube

entrou em declínio e foi presa fácil de demagogos e aproveitadores, alguns ingênuos bem intencionados persistiram em vão. Hoje, após uma hibernação forçada, o clube parece despertar e com dinamismo e amor nossos desportistas se lançam a luta para a construção do novo estádio do Leão do Sul. Esperamos que o apoio das autoridades e da sociedade local se manifeste novamente como no passado e que a juventude atual se agregue em torno deste grande empreendimento esportivo e que nossa cidade consiga ver renascer o Barra Mansa F.C. com toda a pujança, para continuar a levar o nome glorioso que sempre teve a todos os rincões do Estado e além dele.

(Texto publicado originalmente no jornal Projeção, de 9 de outubro de 1984)

Aconteceu na Fazenda da Posse

José Fleming

Era uma noite de chuva rica de relâmpagos e riscada por bandos de ventos de passos longos, que vindos da margem do outro lado do Rio Paraíba fustigava a casa da fazenda próxima a margem do riacho Barra Mansa. Num dos lados do edifício assobradado ficavam os ranchos cobertos de sapê e, mais além, delineado pelos clarões dos relâmpagos, piscava o vulto de uma rústica capela. Do rio menor, corriam na estreiteza do leito, as águas da chuva recolhidas ao longo das margens cultivadas; que mesmo engrossadas pelos afluentes ribeirinhos, despejava suas águas mansas na margem encrespada do rio maior. Nessa cunha de terra, situada entre as margens rasas dos rios, foi que Francisco Gonçalves de Carvalho ergueu uma fazenda, construiu uma capela e um cemitério. Por que tomara posse do lugar graças a uma concessão do Vice-Rei, o Conde de Cunha, no ano de 1764, de a fazenda o nome de Posse e nela residiu por alguns anos. Ali por perto passava o caminho de tropas que descia de Minas para comerciar nos portos de Angra dos Reis e Paraty. Era uma noite chuvosa. A sede da fazenda golpeada pela chuva achava-se às escuras. Somente na capela tênues traços de luz brilhavam entre uma fresta da porta entreaberta. No interior da capela, agrupados em duas filas de toscos bancos, reunidos a alguns agregados e escravos, achava-se um grupo de tropeiros. No fundo da capela, quase encostado a parede, uma mesa retangular coberta por um atoalhado de tafetá branco; um oratório fechado por uma cortina de linho azul, sustinha em seu teto uma cruz de madeira. Nas duas pontas da mesa, fincada em um castiçal de cobre, de forma côncava, uma grossa vela bruxuleava, proporcionando uma fraca luminosidade ao interior do humilde templo. Ao desabar do temporal naquele começo de noite, logo as várzeas se alagaram. As enxurradas crescendo no terreiro da fazenda invadiram o rancho desprotegido de paredes onde se abrigavam os tropeiros. O dono da Posse, Francisco Gonçalves, abriu a capela para que todos nela se abrigassem, até o cessar da inesperada tempestade. Lá se achavam todos reunidos; mais alguns agregados e escravos, em companhia do proprietário da Posse, à espera de que se findasse o aguaceiro, com seu cortejo de relâmpagos e trovoadas, quando de repente a porta foi aberta

de empurrão e um homem de meia idade, sem chapéu, molhado dos pés a cabeça, entrou assustado na capela.

_ Irmãos! Exclamou. Pelas chagas de Cristo. Sou o padre Luiz de Sá. Sou perseguido pelos soldados do Rei. E tirando debaixo da capa que portava uma imagem de São Sebastião, talhada em madeira, de dois palmos de altura, colocou-a em cima da mesa, na frente do tosco oratório. Em seguida caminhou para o lado mais escuro da capela e sentou-se na ponta de um banco. O senhor da Posse, diante daquele inesperado acontecimento levantou-se da cadeira onde se achava sentado, no lado esquerdo da mesa, e permaneceu por uns instantes sem ação. Súbito, tomou a decisão de caminhar para o lado do estranho, quando um grupo de soldados da Guarda Real entrou apressado na capela.

_ Calma, pediu ele aos tropeiros, que alvoroçados, se puseram de pé. Permaneçam calados e em silêncio. Deu uns passos em direção aos soldados comandados por um oficial, todos respingando água de seus uniformes. Enquanto tomavam posição para impedir a saída de todos que se achavam no interior da capela, o oficial ordenou:

_ Todos sentados! Que ninguém saia do seu lugar. Sem se importar com a ordem dada, Francisco Gonçalves aproximou-se do oficial, dando a entender que era o dono daquela fazenda. Como apenas duas velas alumiam o recinto da capela, a escuridão era quase total. Apenas na parte da frente se podia distinguir as feições dos ocupantes, ao passo que na parte traseira, mal se distinguiam os vultos dos que ali se refugiavam. Lá fora a chuva ainda continuava.

_ Sou o Capitão Ruiz. Busco um fugitivo da justiça do Rei. Creio que ele acabou de entrar nesta capela, bradou. Era o sesmeiro Francisco Gonçalves de Carvalho um homem ponderado. Sem demonstrar temor com a fala do oficial, avaliou o risco que corriam ele e o religioso que lhe pedira proteção. Antes que surgisse alguma manifestação entre os tropeiros, respondeu de maneira franca, expressa num tom de voz suficiente para que todos escutassem.

_ Senhor oficial. Nenhum estranho entrou nesta capela. A não ser que tenha entrado sorrateiramente. Como o senhor percebe, a escuridão aqui é quase total e a porta fica a nossas costas. E, antes que o Capitão Ruiz respondesse, indagou com propositada calma.

_ Que fugitivo é esse? Algum criminoso? O senhor oficial o conhece?

_ Não, respondeu o oficial do Rei. Mas é um contrabandista. Fui informado de sua passagem por este caminho. Quando nos aproximamos, ele desconfiou de nossa missão e fugiu. Estamos em seu encaicho. Entrou nas terras de sua fazenda, achamos sua mula junto do curral. É possível que ele tenha entrado nessa capela. A situação de Francisco Gonçalves era embaraçosa. O perseguido, que se intitulava padre Luiz de Sá seria encontrado, sem possibilidade de fuga, entre os tropeiros ali reunidos. O Capitão da Guarda já tomara as providências para que isso acontecesse. Além de alguns soldados na porta da capela para evitar que alguém tentasse fugir, foi determinando suas ordens.

_ Senhor! O fugitivo está todo molhado, suas roupas e a cabeça. Ele perdeu o chapéu na fuga. Em nome do Rei, ordeno que sejam revistados todos que aqui se encontram. Se ele entrou nessa capela, será logo encontrado. Francisco Gonçalves permaneceu calado. Não tinha como reagir ou evitar a decisão do oficial do Rei. O padre acusado de contrabando seria logo encontrado por que suas vestes ainda respingavam a água da chuva. Esmagados pela penumbra que bruxuleava das duas velas acesas, quase ninguém respirava na capela. O silêncio que reinava entrecortado pela respiração dos homens ali agrupados tornou-se mais opresso. Outra ordem do oficial ressoou autoritária e forte, deixando os tropeiros sem ação diante do que fora ordenado aos soldados:

_ Revistem todos! O grupo de soldados se dividira. Uns foram para o lado direito, e outros para o lado esquerdo das carreiras de bancos. Os tropeiros e agregados tiveram então suas roupas e cabeças apalçadas. Francisco Gonçalves de Carvalho permaneceu de olhos fechados, diante da mesa com a imagem de São Sebastião às suas costas, com os ouvidos atentos ao silêncio que reinava a espera que a qualquer instante surgisse o rebuliço da prisão do padre Luiz de Sá. Mas o que o deixou atônito foi ouvir a voz de um dos soldados exclamar:

_ Capitão! Estão todos enxutos. Ninguém com as roupas ou a cabeça molhadas. A pressão que sufocava o interior da capela desanuviou-se do temor que pairava na obscuridade do pequeno templo; mas uma pergunta aflorou-se no pensamento de cada tropeiro ali presente. O que acontecera? Francisco Gonçalves

de Carvalho, próximo da mesa, com a imagem de São Sebastião em frente do oratório, não conseguiu de momento entender o inusitado acontecimento de não haver sido achado o padre com as roupas molhadas. Vira o padre Luiz de Sá chegar encharcado, momentos antes dos soldados, e refugiar no canto mais escuro da capela. Calculou que ele estivesse escondido debaixo de um dos bancos, com altura suficiente para alguém de baixa estatura, como o padre, se esconder de baixo, ou se esgueirado, protegido pela escuridão para trás da mesa coberta pelo largo atoalhado. Foi o Capitão Ruiz que rompeu o silêncio, que tornava mais nítido o rumor da chuva fora da capela.

_ Senhor! Creio que o fugitivo tomou outro rumo. Será mais fácil apanhá-lo, agora que foge a pé. Francisco Gonçalves de Carvalho passou logo ao oficial preciosa informação.

_ Do outro lado do cemitério parte uma trilha que chega a São João Marcos. É bem possível que ele a tenha tomado.

_ Seguiremos essa trilha, respondeu. Assim que o dia amanhecer será mais fácil capturá-lo.

E, alçando a voz num tom mais autoritário, solicitou ao fazendeiro.

_ Senhor, gostaria de ter a permissão para revistar vossa casa. É bem possível que tenha se escondido em vossa residência.

_ Tem toda a minha permissão, Capitão. Desde que, meus aposentos particulares sejam respeitados. Francisco Gonçalves de Carvalho deixou a capela, acompanhado pelo Capitão Ruiz e seus soldados, e caminharam para a sede da fazenda. A chuva continuava, mas afrouxava sua força e deixava antever que em breve iria se amainar. Entraram, acompanhado pelo fazendeiro, o oficial e dois praças. A sala principal da fazenda estava iluminada por um candeeiro de cobre pendurado numa das paredes. De um armário o fazendeiro tirou um pacote de velas, e com elas acesas percorreram os cômodos do primeiro pavimento, sem nada encontrar. Começaram a subir as escadas do segundo andar, quando o Capitão Ruiz declarou:

_ Senhor! Estou satisfeito com a revista. Saíram da residência, para alívio de Francisco. Ainda debaixo da chuva apanharam suas montarias e tomaram a trilha que conduzia a São João Marcos, levando a mula do fugitivo.

O dono da Posse retomou a capela levando as velas que usara na revista de sua residência. Encontrou o padre Luiz de Sá

ajoelhado diante da imagem de São Sebastião. Chamou dois de seus escravos e passou-lhes uma ordem.

_ Saíam e vigiem os arredores da capela. O Capitão Ruiz poderá voltar de repente. Agora, sob a claridade de numerosas velas, a capela se achava iluminada. O padre Luiz de Sá, que se achava ajoelhado, ao ver aproximar o fazendeiro, levantou-se contrito e respeitoso.

_ Senhor! Aconteceu um milagre, disse com a voz trêmula. E, apontando para a imagem de São Sebastião, declarou:

_ Senhor, a imagem é oca. Dentro levo ouro do Bispado de Campanha para as obras de caridade do Bispado do Rio de Janeiro. Tive a proteção do mártir São Sebastião. Ainda sob o efeito a emoção que tornara suas mãos trêmulas, comentou:

_ No momento em que o Capitão ordenou a revista de todos, senti que minha roupa e meus cabelos molhados se enxugavam. Uma lassidão apoderou-se de mim e meu coração que batia forte se acalmou. Senti que alguém me protegia oculto na escuridão da capela.

_ Levarei o ouro oculto em minhas roupas, continuou. A imagem de São Sebastião ficará nessa capela como uma dádiva ao mártir que nela me protegeu. Francisco Gonçalves de Carvalho então apontou para um dos tropeiros que se achava a seu lado.

_ Este é o Graciano, o capataz da tropa. Ele o conduzirá disfarçado de tropeiro até Angra dos Reis. De lá seguirás para o Rio de Janeiro sem nenhum risco, já que os soldados que andam a sua procura não conhecem o teu rosto. Nessa noite nenhum daqueles que se achavam na capela se retirou. Nela permaneceram ajoelhados até que o dia amanheceu. Quando se retiraram da capela, já com a chuva serenada, no oratório sobre a mesa ficou entronizada a imagem de São Sebastião. Alguns anos depois, Francisco Gonçalves de Carvalho passou a Fazenda da Posse para outro dono. Mais tarde, quando a rústica capela foi transferida mais para o centro de Barra Mansa, a imagem de São Sebastião não foi encontrada no primitivo altar. Certamente Francisco Gonçalves a levava em seu oratório para o Rio de Janeiro. Tomei conhecimento desse histórico fato porque sou descendente do tropeiro Graciano. E nos serões da família, muitas vezes ouvi minha avó contar com doce emoção, o milagre que São Sebastião fizera na Fazenda da Posse.

(Texto publicado originalmente no jornal "Memória Barramansense", nº 13, de outubro de 2007)

O Hino à Barra Mansa

José Gentil Filho

Corria o ano de 1932. Barra Mansa se preparava para festejar um grande acontecimento: o centenário de emancipação político-administrativa. Dentre os projetos para marcar a efeméride surgiu a ideia de compor o hino da cidade. Foi quando a comissão organizadora dos festejos decidiu procurar o renomado professor Henrique Braune Zamith para elaborar a letra. Após a letra ficar pronta, a comissão resolveu, então, solicitar a um maestro muito famoso na cidade, o professor Izídio Moura, para executar a música. Porém, como não havia muito tempo, o maestro, sempre muito rigoroso em seu trabalho, que realizava com notada perfeição, informou à comissão que era impossível musicar a letra de forma tão rápida. Mas, o seu elevado espírito municipalista fez com que sugerisse que poderia tentar buscar em seu acervo de partituras antigas, que guardava com muito cuidado, uma música que pudesse ser adaptada à letra do professor Henrique Zamith. Depois de revirar seus arquivos, ele encontrou um verdadeiro tesouro, uma marcha intitulada Pelo Brasil, cujo autor era desconhecido. Foi um casamento perfeito a sua adaptação à letra do professor Zamith. E assim nascia o Hino a Barra Mansa, cantado oficialmente pela primeira vez no dia 3 de outubro de 1932, durante as comemorações ao primeiro centenário de emancipação político-administrativa do município, logo após uma Missa Campal realizada no Parque Centenário, popularmente conhecido como Jardim das Preguiças. Vale destacar que o professor Henrique Zamith, embora tenha nascido em Nova Friburgo, gostava tanto de Barra Mansa, que demonstrou o seu grande amor à cidade ao compor a letra de seu Hino. Sem dúvida, foi uma das maiores culturas de Barra Mansa, com destacada folha de serviços prestados ao município, nos mais diversos setores. Brilhante orador, grande cultor da língua portuguesa, que dominava com especial maestria, bacharel em ciências e letras, poeta, prosador e autor de várias obras literárias. Fundou o colégio primário denominado Externato Santo Antônio, foi diretor do antigo Ginásio Municipal de Barra Mansa; agente municipal de estatística e capitão da quarta companhia do 150º Batalhão de Infantaria da

Guarda Nacional da Comarca de Barra Mansa, por força de Ato assinado pelo presidente Wenceslau Braz, cujo documento original encontra-se no museu Henrique Zamith, da Loja Maçônica Independência e Luz de Barra Mansa, instituição da qual participou ativamente e foi venerável-mestre no período de 1926 a 1927. Dentre muitos outros feitos, foi um dos fundadores do Asilo da Mendicidade, em 1926, do qual foi o seu primeiro secretário. Curiosamente, o Hino a Barra Mansa foi oficializado duas vezes. A primeira, através do Ato nº 180, de 15 de maio de 1933, assinado pelo prefeito Isimbardo Peixoto, tornando obrigatório o seu ensino e a sua apresentação nas escolas municipais. Lamentavelmente, depois que Isimbardo deixou o governo, o Hino também acabou esquecido, e durante muitos anos deixou de ser ensinado e cantado nas escolas municipais. Há um registro de que o Hino foi orquestrado para o programa “Cidades Brasileiras”, na Rádio Tupi, levado ao ar no dia 20 de fevereiro de 1953. Em 1981, a vereadora Ruth Coutinho, primeira mulher a assumir uma cadeira na história da Câmara Municipal de Barra Mansa, iniciou uma verdadeira maratona para resgatá-lo. A sua luta culminou com a apresentação de um Projeto de Lei, que foi aprovado e resultou na Lei nº 1.616, sancionada em 1º de dezembro de 1981, pelo prefeito em exercício, Elmiro Chiesse Coutinho, irmão da vereadora, oficializando o Hino. Assim, ele foi revivido e a cada dia que passa vem sendo cantado com mais entusiasmo nas diversas solenidades realizadas no município. O Hino a Barra Mansa foi gravado em CD pelo Coral Cantabile da POLIARTE (Conservatório Barramansense de Música), e depois, pela dupla Julinho Marassi e Gutemberg, ficando, assim, perpetuada essa obra monumental.

(Texto publicado originalmente no livro Prosa & Verso XII, do Grêmio Barramansense de Letras)

Minha Cidade

J. M. do Lago Leal

Madrugada fria. A cerração abraçava o Parque Centenário, enlaçava toda a cidade com seus brancos tentáculos de neblina. A insônia queimava o cérebro de Zé Maria. Ele não conseguia dormir e vagava, divagando. O Parque é um pedaço da floresta que cobria toda a região, há 200 anos passados. A cidade é Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro. O sono que não vinha, trazia para Zé Maria fantasmas do passado, que emergiam do inconsciente. Como os restos de um naufrágio, de quando em vez, sobem de seu mundo submerso. E vinham à tona farrapos de sonetos, escritos há muitos anos, naquele mesmo Parque; fragmentos de vivência perdida nas águas do tempo; restos de saudade. Saudade da cidadezinha poética de outrora, que o progresso transformara na pujante Barra Mansa. Na princesa do Vale do Paraíba. Princesa que reina, com os poderosos cetros do seu comércio e da sua indústria, sobre toda uma região socioeconômica. A nostalgia tomou conta do espírito do nosso herói. O casarão imperial da câmara, ao fundo, emergia da neblina, casando-se às árvores. Ele próprio, árvore frondosa, plantada em 1861. O casarão parecia olhar para Zé Maria, com as dezenas de olhos que são suas janelas. E falar de tudo o que presenciara, de todos os que abrigaram suas centenárias paredes. Que bom, pensou Zé Maria, se pudéssemos conversar com os prédios antigos, como o daquela câmara. Ou conversar com uma destas árvores, velhas de séculos, que tantas coisas presenciaram. O antigo prédio e as velhas árvores falaria então dos que chegaram para conquistar, para desbravar, para construir. Dos que dirigiram os destinos desta terra através dos tempos. De suas lutas, suas realizações, de seus sonhos. Por vezes não realizados, porque imensos são os obstáculos, mas sonhados. Dos que erigiram o edifício material de suas riquezas. De sua pecuária, de sua produção leiteira, de sua avicultura. Dos que fundaram suas indústrias, desvirginando o ar das matas com o fumo colorido de suas chaminés. Indústrias que levam o nome de Barra Mansa e do Brasil aos quatro rincões do globo. Nomes viriam do antigo prédio e das velhas árvores. Daquela, porque os abrigou; destas, porque os viram passar, ou quedarem-se aos

seus pés, sonhando seus sonhos de grandeza e progresso. E se lembrariam do Barão de Ayuruoca, fundador do então arraial de São Sebastião da Barra Mansa. De Domingos Mariano, Joaquim Leite, Ponce de Leon, Andrade Figueira. De Lucien Regnier, que fundou em Barra Mansa a primeira fábrica de pilhas elétricas do Brasil. De João Klotz, Levi Miranda, Camilo Metzer e muitos outros... Por certo falariam também daqueles que implantaram as redes de transportes, que hoje ligam Barra Mansa a todo o país, e daqueles que acenderam a luzerna do ensino em nossa terra, plantando escolas e faculdades como se plantam árvores. Louvariam os que, por iniciativa particular, construíram o magnífico hospital da Santa Casa e erigiram o Lar dos Velhinhos, o Asilo das Órfãs e a Vila Vicentina. E em meio a tudo isso, não se esqueceriam, por certo, dos que alicerçaram as bases de sua cultura no passado; Pedro Vaz, Henrique Zamith, Cardilo Filho, Christovam Rangel Leal e tantos outros... Porque nada se constrói de duradouro, sem idealismo e sem cultura. O progresso material deve ser alicerçado na evolução e cultura de espírito. Assomariam então à lembrança aos vultos religiosos; padre Christiano, padre André, pelo catolicismo, Zico Horta, pelo espiritismo. E tantos outros mais apóstolos da fé. Por certo falariam também, com esperança neles e fé no futuro, dos que hoje em dia lutam e sonham, nos diversos setores, pelo progresso e evolução de Barra Mansa. Talvez falassem de Clécio Penedo, artista plástico que projetou o nome da cidade por todo o país e até no exterior. E falassem desses moços que, através da literatura e da arte cênica, lutam por melhores chances, na difusão da cultura em nossa cidade.

(Texto publicado originalmente no livro Versos e Crônicas para Barra Mansa, do Grêmio Barramansense de Letras - 2007)

Pulmão Verde de Saudade

Matilde Diniz Lacerda

Numa chácara com uma área de 10 mil m², pertencente à Erasto Nascimento, de 77 anos, encontra-se o “pulmão verde de Saudade”, em Barra Mansa. Numa história de mais de 100 anos, a área dentro da cidade, registra todos os aspectos de uma mata virgem, onde não se toca no solo, que cria os húmus naturalmente, favorecendo o aparecimento de novas árvores, flores e vegetação rasteira. São encontrados Cabaceira, Aroeira, Olho de Boi, Jaqueira, Cactus, Abriçó, Bambu, Mangueira, Cajá-manga, Palmeira, Ipê, Sunã, Coqueiro, Bananeira, Jambeiro, Ameixeira, Jamelão, Umbaúba, Grumixama, Goiabeira e Caniteiro do Pará. O Caniteiro é raríssimo na região e produz um fruto muito doce. O pai de Erasto, Marcolino Pereira do Nascimento, que foi funcionário da Central do Brasil, chegou em Barra Mansa em 1870, quando adquiriu a área, localizada as margens da ferrovia, na rua Siqueira Campos nº 3.538. Ele tinha o hábito de plantar e recebia mudas do Ministério da Agricultura, iniciando assim, o bosque. Há três Caniteiros do Pará com mais de cem anos, plantados por Marcolino. As sementes foram se espalhando e outras árvores foram nascendo, aumentando o número de Caniteiros. No chão existe um verdadeiro tapete herbário, onde até orquídeas naturais são encontradas, além de um grande número de ervas medicinais. Erasto conta com orgulho que luta pela preservação do local. Diz ele, que a prefeitura já tentou várias vezes desapropriar um trecho para prolongamento da rua, mas sempre resistiu, apelando para a justiça. Erasto é advogado e afirma que a área não pode ser mexida. É uma raridade dentro de Barra Mansa. Ele afirma que até Mico Leão Dourado havia na área, mas foram roubados, aos poucos, e eles desapareceram. Erasto conta que os micos travavam verdadeiras batalhas com os bem-te-vis. Os pássaros davam voos rasantes para atacar os micos. Além do bem-te-vi, ainda são encontrados em abundância na área pássaros como o sabiá, tico-tico, canário da terra, saíra, rolinha, sanhaço, beija-flor, coleiro e muitos outros. As borboletas que dão um colorido especial ao bosque são em mais de 20 tipos diferentes, segundo informou Erasto. O casarão

onde mora a família foi construído no início do século, e ainda mantém todas as características originais. Toda a pedra usada para a construção foi tirada do próprio local, onde existia uma pedreira. A pólvora utilizada para explodir as pedras foi fabricada pelo pai de Erasto, com carvão de Umbaúba e salitre. Marcolino Pereira do Nascimento faleceu em 1921, mas deixou sua marca registrada na cidade, pelo exemplo de preservação da natureza, seguido a rigor por seu filho Erasto.

(Texto publicado originalmente no jornal “O Líder”, de 24 de novembro de 1993)

***Nota:** O bosque da família Nascimento foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa para a criação do Parque Municipal de Saudade, inaugurado em 16 de junho de 2011. O espaço foi aberto com o objetivo de atender os moradores do município, para a realização de atividades físicas, como caminhadas e corridas, além de ser uma oportunidade de aproveitar momentos de lazer. Hoje, o local possui 8.875 mil metros quadrados de extensão, recebe oficinas e abriga um Centro de Educação Ambiental, instalado no antigo casarão, que foi totalmente restaurado mantendo suas linhas originais. O Parque ainda conta com uma grande variedade de espécies de árvores e aves. Além disso, foi instalada no local toda a estrutura para receber os visitantes, e um auditório com capacidade para abrigar 100 pessoas. O Parque está aberto à visitação.*

Centro Educacional Barra Mansa - SABEC

Natália Faria

O ano era 1949. O dia, 29 de julho. Nascia em Barra Mansa uma nova Escola, fruto do sonho de dois jovens idealistas: Elcio Medeiros de Souza Lima e Haroldo de Carvalho Cruz. Recebera o nome “Escola Técnica de Comércio de Barra Mansa”, porque, a princípio, o objetivo era proporcionar um curso técnico aos inúmeros barra-mansenses detentores apenas do Curso Ginásial da época, que não tinham como prosseguir seus estudos.

Com o apoio recebido de Sebastião de Paula Coutinho, Presidente da ACIAP, do então Prefeito Flávio de Miranda Gonçalves e do Governador Edmundo Macedo Soares, Elcio e Haroldo conseguiram que a ACIAP ficasse como Mantenedora até a formação da Sociedade que a regeria. Bolsas de estudos da Prefeitura e o uso do Grupo Escolar Barão de Ayuruoca em horário noturno, permitiram que o sonho se concretizasse. O corpo docente contou com professores de Volta Redonda e alguns profissionais liberais da cidade, com as condições exigidas. Foram importantes as adesões de Pedro Monteiro Chaves, que aceitou a Presidência da Sociedade e a Direção da Escola, e de Guilherme de Carvalho Cruz, que respondeu pela Secretaria Executiva, até ser eleito Diretor Superintendente. A sigla SABEC significou: Sociedade Assistencial Barramansense de Ensino e Cultura.

Sociedade formada, encamparam o Ginásio mantido pela CNEG, criaram o Curso Científico e trocaram as instalações do Grupo Escolar para um espaço próprio, à Avenida Joaquim Leite, 644. Os cursos passaram a ser diurnos e noturnos, tendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com vários Cursos Técnicos, além de preparar para o ingresso em Faculdades. Faz alguns anos que vim morar em Barra Mansa. Não vim por acaso, pois eu não acredito nele. Estava escrito nas estrelas que eu haveria de ser feliz aqui. Cheguei em outubro de 1974. Éramos duas jovens: SABEC e eu. Tínhamos a mesma idade e sonhávamos muitos sonhos bonitos. Desejando me inserir no mercado de trabalho, não perdi tempo... distribuí currículos, marquei entrevistas, solicitei ajuda... e, em um dia abençoado, adentrei-me na Escola da Avenida Joaquim Leite, a SABEC. Foi amor à primeira vista. Nós nos entendemos desde o primeiro

olhar. Logo chamada para a entrevista, fui contratada. Que felicidade! Prometi a mim mesma, que daria o meu melhor. E dei! Foi uma longa história de amor. Vesti com garra a camisa da Escola e fiz dela a continuação do meu lar. Éramos uma família. Direção, Coordenação, alunos, professores e todos que ali atuavam. Amávamos estar lá. Trabalhei por muitos anos... mais de 30. Só me separei dela em seu último suspiro, no mês de dezembro de 2006. Já não éramos tão jovens. Nós. Ela e eu. Mas ainda poderíamos ter muita vida pela frente. Confesso que chorei, andando pela Joaquim Leite, na manhã de 26 de maio de 2014. Senti uma tristeza imensa ao ver derrubar minha Escola. Lá eu passava grande parte dos meus dias. Fui muito feliz profissionalmente. Milhares de alunos de várias gerações passaram por mim. Fui muito amada e dei muito amor. Até hoje recebo carinho dos meus ex-alunos, e eles sabem que os levo no coração. Meu filho cresceu sabendo que a mamãe dividiria o tempo entre a casa e a SABEC. Desde cedo, começou a frequentá-la também. Ali aprendeu as primeiras letras, concluiu diferentes etapas e se preparou para a vida acadêmica. Doeu em mim a demolição do tradicional prédio da SABEC. Ali existiu uma grande Escola. Para mim, ela não foi só mais uma escola... ela foi a ESCOLA. A minha, a do meu filho, a dos meus alunos, a dos meus colegas... a de Barra Mansa. Entristeceu-me a queda das paredes, o alicerce em ruínas, o barulho das máquinas. Senti saudade do tempo em que a portaria ficava barulhenta com as vozes de alunos uniformizados e o trânsito no local, congestionado. Passou um filme em minha cabeça. Quanta lembrança eu tenho dali! Quantas festas juninas, de Natal, Páscoa, formaturas, desfiles cívicos... tanta coisa! Sou movida pelo coração. Chorei! Não consegui me conter. E acho que não há nada de errado nisso. Quem nunca chorou de saudade? Naquele instante, senti vontade voltar no tempo e ser feliz outra vez. Impossível! Tudo passa! Mais uma página foi virada em minha vida e na vida de cada um que por ali passou. Este é o fim de uma bonita história. O espaço deu lugar às Lojas Americanas. Tomara que os barra-mansenses passem para as futuras gerações a importância que a SABEC exerceu na vida de seu povo.

(Os dados históricos sobre a SABEC foram pesquisados na revista intitulada "SABEC – Meio Século", publicada por ocasião do seu Jubileu de Ouro)

Casarão do Clube Municipal

Nikson Salem

Situado na área central da cidade de Barra Mansa, o casarão do clube municipal faz parte do principal conjunto arquitetônico e paisagístico remanescente do século XIX, que ainda inclui o Palácio Barão de Guapy, o prédio da antiga Estação Ferroviária, e o Parque Centenário. Toda essa área fazia parte das terras da Fazenda da Posse quando, Custódio Ferreira Leite, proprietário das terras na época, registrou escritura pública e pôs à disposição da Câmara Municipal de Barra Mansa para distribuir a área pelo povo, sem ônus algum. Em 1842, o engenheiro agrimensor Leopoldo Dufour, que na época era responsável pela abertura e conservação das estradas do município, organizou a primeira planta topográfica de Barra Mansa. Pelo serviço prestado à Câmara Municipal, o engenheiro recebeu um terreno defronte ao Parque Centenário. Transferido para outra cidade, o eng^o Dufour vendeu o terreno ao major José Bento Ferreira Leite Guimarães, que deu início a edificação do casarão, datado de 1865. O major José Bento foi fazendeiro, comerciante, provedor da Santa Casa de Misericórdia, e presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa. O major faleceu em 1907, e após a partilha de bens, o casarão passou por herança a um dos seus filhos, Henrique de Almeida Leite Guimarães. Com planta *em formato de "U"*, assentado sobre um porão, o casarão apresenta elementos comuns à arquitetura daquela época. Possuía várias dependências e um pátio central, quando no fim da década de 1940, na gestão do presidente Carlos Augusto Haasis, o prédio foi adquirido pelo Clube Municipal. O prédio foi contraído junto ao herdeiro Henrique Guimarães pelo valor de 600 mil cruzeiros. O senhor Carlos Haasis ofertou o valor de 150 mil cruzeiros, o restante procedeu da venda de cotas do clube, e também da venda de oito lotes de terras que o clube havia recebido gratuitamente do senhor Francisco Junqueira Villela. Após realizar obras para melhor atender seus associados, o clube inaugurou a sede própria no réveillon de 1953. Até a conquista da sede

própria, o clube funcionou no salão da Loja Maçônica Independência e Luz; posteriormente, ocupou um sobrado na av. Domingos Mariano.

Na gestão do presidente Wandir de Carvalho (1954/1956), o porão do casarão foi rebaixado para abrigar o restaurante, salão de jogos e os banheiros; o pátio central da casa foi fechado para abrigar o bar do clube, e na área externa do prédio foram construídas duas piscinas. Mais tarde, o clube adquiriu os terrenos localizados nos fundos do prédio, onde havia uma pequena vila de casas, e o terreno ao lado do casarão. Terrenos onde foram construídas as quadras esportivas. Dos memoráveis bailes de carnaval, réveillon, e grandes competições esportivas, restaram apenas às recordações. A administração ineficiente, as dívidas, e o descaso com a conservação do prédio, determinaram o desabamento de parte da fachada do casarão, ocorrido em fevereiro de 1998. Com sua estrutura comprometida, a Defesa Civil interditou o prédio, o que fez surgir fortes rumores de que o casarão seria demolido. Jornais da época divulgaram notas dizendo que, por decisão da diretoria do clube, ficou decidido que no dia 12 de novembro de 1998 seria demolido o casarão. Ao tomar conhecimento dos fatos, a Academia Barramansense de História encaminhou ofícios ao Poder Público Municipal e ao INEPAC, solicitando providências para impedir a demolição. A ABH também interpelou judicialmente a diretoria do clube, para que a mesma tomasse ciência de que o casarão encontrava-se incluído entre os bens do Setor Especial Histórico, protegidos pela Lei Complementar Nº10, de 3 de setembro de 1992. Em resposta aos ofícios, o Poder Executivo declarou que, por se tratar de um prédio particular, nada poderia fazer para auxiliar em sua recuperação. O INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, informou que o Estado não tinha recursos específicos para investir na recuperação do prédio. Coube aos associados e empresários do município, junto ao Poder Legislativo, financiar a recuperação do prédio. A obra teve início em janeiro de 1999. Foram restauradas a estrutura do telhado, o forro de madeira e a parede da fachada que, construída originalmente em pau a pique,

foi substituída por alvenaria. Hoje, o clube é administrado por uma diretoria que luta pela volta dos tempos áureos e pela preservação do casarão.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, A. F. Barra Mansa, Memória Comemorativa do Primeiro Centenário, Câmara Municipal de Barra Mansa, Rio de Janeiro, 1932.

ATHAYDE, J. B., A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa. Gráfica Laemmert, Rio de Janeiro, 1960.

O OLHO. Barra Mansa: Órgão Informativo do Clube Municipal, 1966. Diretoria conclama sociedade a ajudar na recuperação do Clube Municipal. Jornal **O Líder**, Barra Mansa, 15 de março, 1998.

JORNAL DIÁRIO DO VALE, Volta Redonda, 12 de novembro, 1998.

JORNAL A VOZ DA CIDADE, Barra Mansa, 14 de novembro, 1998.

Epidemias que Grassaram em Barra Mansa no Século XIX

Nikson Salem

A primeira grande epidemia ocorrida no município de Barra Mansa incidiu entre os anos de 1855 e 1856, quando a cólera (infecção intestinal aguda e muito contagiosa, presente em águas poluídas) vitimou grande número pessoas. Esse surto foi um dos casos mais nefastos na saúde pública do Brasil Império. Surgiu no país em 1855, através de um navio vindo de Portugal, que aportou no Estado do Pará. Rapidamente, a doença atingiu a cidade do Rio de Janeiro, e em poucos meses, praticamente todos os municípios da província, com mais intensidade em Campos, Niterói, Cantagalo, Barra Mansa, São João da Barra, Paraíba do Sul, Macaé, Paraty e São João Marcos. A Câmara Municipal de Barra Mansa, presidida pelo vereador Bernardo José Vieira Ferraz, tomou rapidamente as primeiras medidas cabíveis para preservar o município; as casas, ruas, lojas e fazendas passaram por uma minuciosa limpeza. Um dos problemas enfrentados foi a carência no número de médicos residentes no município, que não eram suficientes para conter o avanço da doença, tendo sido necessário solicitar a chegada de médicos e alunos de medicina da cidade do Rio de Janeiro. Nesse episódio, não podemos deixar de destacar a atuação de Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, delegado de polícia na época, que além de abrigar os médicos e estudantes em sua residência, socorreu os pobres com dinheiro, medicamentos e alimentos. Fato que fez a população barra-mansense o eleger para o cargo de vereador municipal em 1857. De acordo com os Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras, ocorreram na cidade de Barra Mansa 372 mortes, destes, 311 escravos e 61 livres. Em todo o Estado contabilizaram 4.542 pessoas falecidas, mas, o próprio presidente da província reconhecia que esses dados eram falhos, apontando que haveria um número muito maior de vítimas e de lugares atingidos, principalmente, por serem os escravos os menos contabilizados. Passados sete anos desde o surgimento da cólera, Barra Mansa registrou os primeiros casos

de varíola, que felizmente, não se propagou entre a população. A varíola, também conhecida como bexiga, voltaria a assustar os munícipes em 1866, quando foi registrada a morte de 50 pessoas e outras 120 doentes. Em 1872, a doença regressou de forma mais aguda, impedindo o pleno exercício administrativo. A situação foi tão grave, que a sede do município foi transferida para o então distrito de Quatis. Joaquim Leite, então presidente da Câmara Municipal, contratou médicos e enfermeiros, e custeou a compra de um terreno para a construção de uma casa fora das imediações do centro da cidade para abrigar o Lazareto (local para onde as autoridades levavam os doentes com a finalidade de conter a transmissão da doença para o restante da população). A casa do Lazareto funcionou em Barra Mansa até o fim do século XIX, quando toda a área onde estava edificada a casa deu origem ao atual bairro Bom Pastor. Nos anos de 1878, 1882, 1887 e 1889, a varíola grassou novamente em Barra Mansa, mas em menores proporções. Em 1882, surgem os primeiros casos de malária no município (doença infecciosa febril aguda causada por protozoários, transmitidos pela fêmea infectada do mosquito, caracterizada por febre alta acompanhada de calafrios, suores e cefaleia). Segundo os Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras, a nova epidemia que grassou em Barra Mansa e na região, teve início na cidade do Rio de Janeiro e expandiu pelo Vale do Paraíba através da Estrada de Ferro D. Pedro II. O pior caso foi registrado na cidade de Vassouras, em 1881, onde a malária vitimou tantas pessoas que, assustados, os habitantes viram-se obrigados a abandonar a cidade até que a epidemia fosse controlada. No dia 1º de fevereiro de 1886 foi registrado o primeiro caso de febre amarela no município de Barra Mansa, a doença teve origem no retorno à cidade do morador italiano Giuseppe Ricciardi, que havia visitado a cidade do Rio de Janeiro. Até o final do mês, foram registrados três casos, logo, a Câmara Municipal tomou as providências necessárias, encaminhando os infectados ao Lazareto, e ordenando que os funcionários da câmara realizassem a mais rigorosa limpeza nos quintais e sarjetas da cidade. A câmara ainda publicou em um jornal local uma prescrição do médico Dr. Urias Antônio da Silveira:

Conselhos ao Povo:

- Mantenham o mais escrupuloso asseio nas habitações, impedindo que nelas permaneça por muito tempo substâncias orgânicas, como restos de comida.

- Evitar a estagnação de água nos quintais e tanques de jardins.

- Ventilar suficientemente os aposentos.

- Lavar diariamente os mictórios e as latrinas, lançando nelas, de dois em dois dias a seguinte mistura: 300 gramas de ácido fênico, 500 gramas de sulfato de ferro, e dois litros de água quente.

- Evitar aglomeração de pessoas em quartos pouco espaçosos.

- Abster-se de expor-se aos raios do sol durante as horas de maior labor e ao sereno.

- Não praticar escavações, mormente em lugares úmidos ou onde exista materiais orgânicos em putrefação.

- Resguardar o corpo dos resfriamentos súbitos.

- Excluir completamente da alimentação legumes crus, e também carnes e outros alimentos frios, guardados de um para o outro dia.

- Evitar que a água fique exposta ao ar, isto é, em moringas sem tampa.

- Evitar escrupulosamente as carnes e peixes alterados ou em via de decomposição, assim como bebidas geladas, estando o corpo em transpiração.

- Alimentar-se, como de costume, porém, de todos os alimentos cozidos.

- A água fervida, depois resfriada e guardada em moringas tapadas esteriliza os germes mórbidos.

- O leite para as crianças deverá ser fervido por dez minutos.

- Banir do espírito todo receio da invasão da moléstia, a fim de precaver-se da influência deprimente do terror.

- Logo que adoecer qualquer pessoa, deverá ser chamado imediatamente um médico.

(Jornal Aurora Barramansense, 28 de fevereiro de 1886)

Até o fim do mês de março contabilizava-se 170 pessoas contagiadas; 20 óbitos; 17 doentes sendo assistidos no Lazareto

e 50 em suas residências. Por quatro meses a cidade apresentou um aspecto desolador, um grande número de famílias evadiu para fazendas e cidades vizinhas. A gravidade foi tamanha, que a Câmara Municipal decidiu suspender suas atividades por três meses, até que atenuasse a intensidade da epidemia. Somente no mês de junho, após 92 mortos e 629 doentes, a epidemia foi finalmente controlada. Uma das mortes mais lamentada pela população barra-mansense foi a do procurador da Câmara Municipal, Estevão da Silva Nogueira, que deixou esposa e seis filhos. A atuação da Câmara Municipal de Barra Mansa no combate as epidemias que grassaram no município a partir da segunda metade do século XIX até o ano de 1889, quando foi registrado o último surto de grandes proporções, foi de extrema importância para a preservação da vida dos menos favorecidos, escravos, e da população em geral. Por diversas oportunidades foram realizadas através da câmara subscrições popular em favor das viúvas e famílias pobres vítimas das epidemias. Devemos aqui registrar os nomes dos benfeitores do município que sempre ajudaram com elevada soma em dinheiro, são eles: Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, D. Cecília de Moraes Monteiro de Barros, Dr. Domingos de Andrade Figueira, D. Maria Eugênia Monteiro de Barros, Dr. Adolpho Pereira de Burgos Ponce de Leon, Dr. Sancho de Bittencourt Berenguer, e Ricardo José Gomes Guimarães. Ainda citemos os médicos que auxiliaram com veemência os enfermos no município: Dr. Cândido Teixeira da Cunha, médico responsável pelo Lazareto; Dr. Joaquim Antônio de Oliveira Botelho, médico do Rio de Janeiro que chefiou a comissão que veio auxiliar os médicos locais; e os médicos residentes de Barra Mansa, Dr. Urias Antônio da Silveira, Dr. José Pinto Ribeiro, Dr. Miguel Arcângelo de Santana, Dr. Antônio Freire da Silva Reis, entre outros.

Referencias Bibliográficas:

Arquivo Nacional - Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras.

ATHAYDE, J. B., A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa. Gráfica Laemmert, Rio de Janeiro, 1960.

Jornal **GAZETINHA**, Barra Mansa, 1906-1931.

Jornal **AURORA BARRAMANSENSE**, Barra Mansa, 1883-1887.

Navegação pelo Rio Paraíba do Sul

Nikson Salem

Na década de 1860, Barra Mansa foi uma das maiores produtoras de café do Vale do Paraíba, e toda sua produção era escoada pelas árduas e onerosas viagens das tropas de mulas até os portos de Angra dos Reis. Para agilizar o transporte do café, José de Souza Azevedo, fazendeiro estabelecido na margem do rio Bananal, em Barra Mansa, mandou construir uma barca para exploração do rio Paraíba. Sobre a descoberta da navegação no Paraíba, há na Biblioteca Nacional, um memorando de dez páginas, assinado por José de Souza Azevedo, no qual ele diz que o governo provincial mandou a Câmara Municipal de Barra Mansa informar se o rio Paraíba era ou não navegável, respondendo, sem algum exame prévio, que não era. Então, o Sr. Azevedo, acreditando que o fato merecia mais atenção e cuidado, porque naquela altura havia vários municípios interessados na dita navegação, mandou construir um barco, igual aos que navegavam no rio Douro, que nasce na Espanha e tem sua foz em Portugal. Tendo sido o barco construído em sua fazenda e colocado no rio Bananal, foi necessário desobstruir uma grande extensão do Bananal para que o barco chegasse ao Paraíba. Contrariando a opinião de muitos, até mesmo da Câmara Municipal, que considerava um ato de loucura, Azevedo embarcou no dia 19 de janeiro de 1860 com destino a cidade de Barra do Piraí, a fim de examinar as dificuldades que oferecia a navegação até esse ponto, ao chegar em Barra Mansa sem nenhuma dificuldade, seguiu até a cidade de Resende. No início do mês de fevereiro, aventurou-se em uma viagem ainda mais ousada, de Barra Mansa, desceu o rio até a ponte do Faro, localizada as margens da estrada Presidente Pedreira, em terras de José Pereira de Faro, o Barão do Rio Bonito. Pela estrada, as mercadorias seguiriam de carro até a estação ferroviária mais próxima, de Belém, atual Japeri, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Para provar que a navegação não oferecia obstáculos, ao retornar para Barra Mansa, Azevedo trouxe arroz,

feijão, milho, vinhos e três pianos. Em seguida, Azevedo solicitou ao Governo Provincial o privilégio para explorar a navegação no rio Paraíba. Logo que souberam desta pretensão, muitos outros pedidos apareceram para que tal favor não fosse concedido, e enquanto o Sr. Azevedo esperava resposta, o rio encheu-se de barcos semelhantes ao seu, tendo seduzido até os marinheiros que tinham trabalhado com ele. Assim, já com seu pedido indeferido, Azevedo deixou a navegação e dedicou-se a mineração de carvão. Em 1862, eram mais de 60 embarcações cortando o Paraíba, barcos movidos a remo, que mediam onze metros de popa à proa e três de largura, possuíam capacidade de carga que variava entre 300 e 1000 arrobas. Posteriormente, foi utilizado por algumas companhias de navegação o barco a vapor. Os principais barcos que navegaram em Barra Mansa era o “Minerva”, de Batista & Freitas, e “Faraó”, de João Batista Marcondes do Amaral. O trajeto principal realizado pelas barcas era entre São José do Campo Belo (atual Itatiaia) até Ipiranga, em Vassouras. Mas as dificuldades eram muitas. Em 1864, a pedido do D. Pedro II, uma comissão liderada pelo engenheiro Franz Keller, deu início a um estudo para melhorar os meios de transporte do café: ferrovia, estrada, e navegação. Sobre a navegação, os engenheiros apresentaram os custos e as dificuldades. O relatório informava que, um barco era tripulado por oito homens e um Arrais (geralmente o homem mais velho e profissionalmente o mais experiente), que recebiam entre 50 e 100 réis cada um. O transporte do café de Campo Belo até Barra do Piraí custava 500 réis por arroba; de Resende, 450 réis, e de Barra Mansa, 240 réis. Da Estação Ferroviária de Barra do Piraí até a Corte, o frete era de 315 réis. A viagem de ida, rio abaixo, durava entre 7 e 11 dias, o retorno, rio acima, de 12 a 14 dias. O relatório ainda informava que $\frac{1}{4}$ dos produtos utilizava esse meio de transporte e, que, devido a grande quantidade de pedras e cachoeiras, eram 23 no total, muitas cargas se perdiam pelo caminho, com a avaria dos barcos. Pelo relatório apresentado, os gastos para melhorar a navegação seriam de 1.700:000\$000 contos de réis e, para levar os trilhos da ferrovia até as cidades

que mais utilizavam os serviços do transporte fluvial, seria gasto o valor de 2.400:000\$000 contos de réis. Como o valor final dos custos era próximo, os engenheiros entregaram um parecer contrário a investir no transporte pelo rio Paraíba, indicando que o melhor seria investir no transporte ferroviário. O que de fato foi feito. Ainda em 1864, os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II chegaram à cidade de Barra do Piraí; e em 1871, à cidade de Barra Mansa; e por fim, em 1873, à Resende. O declínio da navegação, e conseqüentemente o seu fim, tem como fator principal o avanço da ferrovia pelas cidades do Vale do Paraíba e a conservação e abertura de novas estradas; o que diminuiu o tempo e o custo do transporte de mercadorias.

Referências Bibliográficas:

Jornal **A Atualidade**, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro, 1860.

Jornal **Echo da Nação**. Niterói, 23 de fevereiro, 1861.

Jornal **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro, 1861.

Azevedo, J. S. Memorial sobre a descoberta da navegação do rio Parahyba. Rio de Janeiro, Tipografia Popular de Azeredo Leite, 1862, in-4.º de 10 pp.

Fragmentos Históricos da Criação de Barra Mansa

Roberto Guião de Souza Lima

Sem considerar os naturais donos das terras, os índios Puris e Coroados, o marco pioneiro da presença humana em Barra Mansa foi Francisco Gonçalves de Carvalho que recebeu, em 1764, uma sesmaria de terras na foz do rio Barra Mansa que assim passou a ser chamado por ter suas águas desaguando tranquilamente pela margem direita do caudaloso rio Paraíba do Sul.

No local o sesmeiro fundou uma fazenda de gado, produtora de mantimentos (principalmente, milho e mandioca) e de anil, conhecida como fazenda da Posse, que com o seu crescimento foi muito útil ao abastecimento de tropeiros que por lá passavam demandando por um lado as Minas Gerais e por outro o litoral fluminense.

Tempos depois, em 1800, já sob o domínio do sargento-mor José Pereira da Cruz, foi edificada no local uma capela sob a invocação de São Sebastião o que, como de resto aconteceu em muitos locais no Brasil, criou as condições iniciais de fixação de moradores no que viria se constituir no primeiro núcleo urbano da futura Barra Mansa. A criação de um cemitério, que se manteve ativo até por volta de meados do século XIX, e das primeiras casas de comércio, tudo em torno da capela da Posse, deu ao pequeno povoado sobrevida de alguns anos.

Todavia, sendo o local considerado impróprio para o desenvolvimento de um povoado, possivelmente por estar situado no nível do rio, por iniciativa de um mineiro de São João d'El Rei, Custódio Ferreira Leite, o futuro barão de Aiuruoca, foi erigida, em 1820, nova capela — em um sítio mais alto, cerca de 2 km Paraíba acima e na mesma margem direita — sob a invocação do mesmo padroeiro. Na empreitada contou o futuro barão com o concurso do coronel Manuel Marcondes do Amaral que doou 100 braças quadradas de terras para a construção da capela e que se constituiu no seu primeiro patrimônio.

Com o intuito de acelerar o crescimento do novo povoado, Marcondes do Amaral, o cônego Antonio Moreira da Costa e, em

especial, Ferreira Leite, doaram mais terras para aqueles que se dispusessem construir casas no local e por essa razão este, sempre citado por seu título nobiliárquico de barão de Aiuruoca, é considerado o fundador de Barra Mansa.

Todavia, a iniciativa da criação do povoado só se tornou efetivamente próspera e economicamente viável quando a cultura do café — que viria ocupar de forma avassaladora as terras de todo o Vale do rio Paraíba do Sul, nas suas vertentes: fluminense, a mais expressiva delas, paulista e por fim mineira, e ao longo de todo o século XIX no importante “Ciclo do Café Vale-paraibano” — se instalou nas terras locais a partir do núcleo pioneiro de Resende, local das primeiras plantações de café na região de “Serra Acima”.

Com o café, o povoado se desenvolveu de forma rápida e crescente de sorte que apenas nove anos depois de erigida a capela foi elevada a condição de curato, distinção religiosa, com a denominação de Curato de São Sebastião da Barra Mansa. Em 3 de outubro de 1832 o povoado foi erigido em Vila com terras desmembradas de Resende, Valença e São João Marcos (na época São João Príncipe e hoje Rio Claro), com a mesma denominação, sendo a respectiva câmara instalada em 16 de fevereiro do ano seguinte. Por Lei Provincial de 15 de outubro de 1857 a vila foi elevada a categoria de cidade e, finalmente, em 4 de maio de 1874 galgou a condição jurídica de Comarca sendo o primeiro juiz o dr. Eduardo Pindaiba de Matos.

Sob o aspecto religioso o mencionado curato, de 1829, passou a Freguesia em 1839, a Paróquia em 1841 e a Câmara Eclesiástica em 1842, sendo que as duas primeiras nomenclaturas religiosas se confundiam com situações civis tal a simbiose existente entre a igreja católica e o estado imperial.

A expressividade de Barra Mansa como produtora de café pode ser atestada por inúmeras fazendas, algumas ainda existentes, e por renomados fazendeiros como, por exemplo, o comendador Lucas Antonio Monteiro de Barros (fazenda Três Poços, hoje em Volta Redonda), o 1º barão do Amparo e seus filhos, o barão do Rio Negro e o visconde de Barra Mansa (fazendas Sant’Anna e Crissiuma, no distrito de Amparo), o barão de Guapi (fazenda Ribeirão Frio, em Dorândia, hoje Barra do Piraí), Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, o barão Ribeiro de

Almeida, paladino do progresso local e fazendeiro no distrito, hoje município, de Quatis e o coronel Domiciano de Oliveira Arruda, 1º presidente da Câmara Municipal (fazenda Bocaina, em Rialto). A fazenda da Posse, marco pioneiro de Barra Mansa, restaurada, hoje funciona como Centro Cultural.

Indiscutivelmente o café foi o responsável direto pelo crescimento e as sucessivas e crescentes mudanças de status político civil e religioso de Barra Mansa ao longo de todo o século XIX, como registrado por viajantes estrangeiros dentre eles o português Augusto Emilio Zaluar, em 1859, e o alemão Carl Von Koseritz, em 1883, que em livro citou marcos urbanos expressivos, felizmente ainda existentes, como o belo palácio Barão de Guapi, antiga Câmara Municipal, a Estação Ferroviária, de 1871, o bucólico Parque Centenário, desenhado por Glaziou, e a matriz de São Sebastião, esta lamentavelmente desfigurada internamente.

Com a derrocada do café no Vale do Paraíba com a gota d'água da abolição e aproveitando as terras por ele desnudadas da sua original cobertura de Mata Atlântica, entrou Barra Mansa em novo e expressivo ciclo econômico, o da pecuária leiteira, que deu a ela a condição impar de maior bacia leiteira do Brasil e responsável pela instalação de fábricas de laticínios e afins. O leite sustentou a economia do município na fase intermediária entre a cafeicultura e a industrialização, ocorrida a partir da década de 1940 com a Companhia Metalúrgica Barbara, atualmente Saint-Gobain Canalização, e, principalmente, com a inauguração, em 1946, do marco da industrialização brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), hoje em terras do município de Volta Redonda, na época o 8º distrito de Barra Mansa.

Atualmente, a cidade tem seu desenvolvimento calcado na área de serviços e de comércio diversificados, vivendo assim o seu quarto ciclo econômico.

A Escola Vieira da Silva

Rogério Gonçalves Leoni

Em 1880, nasceu a ideia de fundar uma escola a ser mantida pela Loja Maçônica Independência e Luz. Foi a primeira escola noturna de alfabetização de adultos da América Latina. A Escola Vieira da Silva começou a funcionar no dia 19 de Maio de 1887 e a inauguração oficial se deu no dia 3 de Julho, um domingo, dia em que tomava posse a nova diretoria da Loja, e se prestava uma homenagem ao então Orador da mesma, o maçom Dr. Antônio Leite Ribeiro de Almeida, que fora nomeado pelo Governo do Império, Presidente da então Província do Espírito Santo. Vejamos o que dizem as Atas da Loja: “O Salão de festas achava-se ricamente decorado com os ornamentos que, na véspera, tinham servido para a manifestação feita pelos profanos ao nosso Irmão Dr. Antônio Leite, pelo fato de sua nomeação a Presidente da Província. Às 19 horas, mais ou menos, achavam-se no salão o Vice-presidente da Câmara Municipal e Superintendente do Ensino em Barra Mansa, Irmão Dr. Adolpho Pereira de Burgos Ponce de Leon; Dr. Macedo Bittencourt; Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, Vice-presidente da então Província do Rio de Janeiro (atual Estado do Rio de Janeiro); Major Gonçalves Costa, 1º Suplente do Juiz Municipal; o Irmão tenente Antônio Brandão, delegado de polícia de Barra Mansa, e outras autoridades policiais; professores e avultado número de distintas pessoas. O Venerável Mestre, que ali tinha o título de presidente, tomou assento no topo da mesa, em frente às bancadas em que se achavam cerca de 50 alunos da Escola e, ao seu lado, as autoridades que acabam de ser mencionadas. Dado o sinal de silêncio, o Venerável Mestre Joaquim Adelino da Cruz expôs a finalidade daquela reunião, terminando por dizer que a reunião era uma homenagem prestada ao Irmão Dr. Antônio Leite Ribeiro de Almeida. Em seguida, um dos alunos, sobrinho do Irmão João Zoroastro Bittencourt, lê, em nome dos seus companheiros de aprendizagem, uma mensagem congratulatória dirigida ao Dr. Antônio Leite a quem é entregue o original, depois de terminada a leitura, o que foi freneticamente aplaudido pelos assistentes. Falou em seguida, o Dr. Antônio Leite, na qualidade de Orador da Loja, o que fez em brilhante discurso; o Irmão José Cirilo Castex; o Comendador Joaquim Leite, entre

outros, sendo todos eles calorosamente aplaudidos. Tomando a palavra, o Irmão Dr. Ponce de Leon, declarou que na sua qualidade de Superintendente do ensino em Barra Mansa, estava inaugurada a Escola Noturna, criada e patrocinada pela Loja Independência e Luz, sob o título distintivo de ESCOLA NOTURNA VIEIRA DA SILVA”. O nome da Escola foi uma homenagem ao Conselheiro e Visconde Dr. Luís Antônio Vieira da Silva, que era então o Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira e, também ocupava o cargo de Ministro da Marinha do Gabinete Ministerial que estava no poder do Império, chefiado pelo Conselheiro João Alfredo, Gabinete este que aprovaria a “Lei Áurea” da Abolição da Escravatura.

(Texto publicado originalmente no jornal “Memória Barramansense”, nº 13, de outubro de 2007)

***Nota:** O Centro de Educação Integrada Vieira da Silva, atual denominação, é administrado pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. Em março de 2015 foi inaugurada a nova instalação da escola, sito na Rua Cristóvão Leal. O CEI Vieira da Silva conta com 22 salas de aulas, anfiteatro para 200 pessoas, quadra poliesportiva coberta, dois laboratórios de informática, um laboratório de ciências destinado à iniciação do ensino de robótica, refeitório e estrutura administrativa.*

A História da Loja Maçônica “Independência e Luz”

Rogério Gonçalves Leoni

Corria o ano de 1874. Sete maçons que passaram a residir em Barra Mansa, aos poucos, foram se conhecendo e resolveram fundar uma Loja Maçônica na cidade. A primeira reunião com essa finalidade foi no dia 7 de setembro de 1874. Decidiu-se dar à Loja o nome de “Independência”, por causa da data e, também, devido à origem dos maçons, quase todos os membros da Loja “7 de setembro”, da cidade de São Paulo. No entanto, já existia uma loja com esse nome em Campinas, Estado de São Paulo. Por força do regulamento, teria que chamar-se Loja “Independência II”, com o que os fundadores não concordaram. Então, por sugestão do Grão-Mestre da Maçonaria, Dr. Joaquim Saldanha Marinho, eles aceitaram o título distintivo de “Loja Maçônica Independência e Luz”. Foram considerados fundadores os seguintes maçons: Joaquim Adelino da Cruz, português, comerciante, então agente consular de Portugal em Barra Mansa; Dr. José Barbosa Torres, advogado, foi o Venerável-Mestre Interino da Loja e Deputado Provincial por Barra Mansa, no Império; Dr. Frederico Augusto Cleto Moreira, advogado; Dr. Luiz Barbosa da Silva; advogado e primeiro Venerável-Mestre da Loja, eleito para o mandato 1875/1876. Figura histórica de importância, governador da Província do Rio Grande do Norte no Império, abolicionista e republicano histórico; Celso Rodovalho Marcondes dos Reis, fazendeiro da região, de família ilustre e major da Guarda Nacional; Ulisses Francesconi, italiano, relojoeiro de fama na região, proprietário de uma relojoaria na Rua Direita (atual Avenida Joaquim Leite); Antônio Marcondes de Andrade, brasileiro, 31 anos de idade, solteiro. Era, também, Tabelião em Barra Mansa e fazendeiro. A Loja Independência e Luz foi oficialmente instalada no dia 21 de outubro de 1874, por uma comissão do Rio de Janeiro, com a presença do Grão-Mestre Joaquim Saldanha Marinho. Concluída a cerimônia, quando foram pronunciados importantes discursos, foi servido um lauto jantar em um hotel da cidade. Os fundadores procuraram organizar a sede da Loja em um imóvel, alugado às margens do Rio Paraíba do Sul, na

então Rua da Misericórdia (hoje Rua Pinto Ribeiro), pagando um aluguel de 45 mil réis. No dia 12 de novembro de 1874, foi realizada a eleição do primeiro Venerável-Mestre para o ano maçônico, sendo eleito o Dr. Luiz Barbosa da Silva, um dos fundadores da Loja e figura de destaque na História do Brasil como republicano e abolicionista. Tomou posse em 22 de maio de 1875. Porém, já muito adoentado, faleceu no dia 26 de junho de 1875, vitimado por tuberculose pulmonar. Ele foi assistido pelo médico maçom Dr. Clímaco Barbosa, que depois foi eleito Venerável-Mestre da Loja para concluir o mandato, tendo tomado posse em 12 de setembro de 1875, com a presença do Grão-Mestre Saldanha Marinho. No ano de 1876, uma comissão se encarregou de mudar a sede da Loja para o centro da cidade, instalando na Rua São Sebastião, onde se encontra até hoje. O prédio pertencia ao capitão e cirurgião-mor da Guarda Nacional, Dr. Pedro Luiz Vieira, que viera clinicar em Barra Mansa, em 1861. Em 1877, tratava-se da aquisição do prédio, feita por 5 maçons, que posteriormente começaram a vender suas partes para a Loja. Fato importante que apressou a aquisição do prédio, foi um incêndio no prédio da Maçonaria na noite de 4 para 5 de abril de 1883. O alarme foi dado às 2 horas da madrugada pelo pessoal que estava trabalhando no antigo jornal “Aurora Barramansense”, cuja oficina e redação ficavam em frente ao prédio da Loja e era propriedade do maçom João Zoroastro Bittencourt. O incêndio destruiu metade do prédio, praticamente todo o arquivo e a maior parte do telhado. A destruição só não foi completa devido aos esforços da população, pois muitas pessoas foram ajudar, além dos maçons, que conseguiram com grande sacrifício dominar o incêndio. O maçom José Lourenço Pereira, mestre de linha da Estrada de Ferro também compareceu com a sua turma, tornando-se uma das pessoas de destaque no combate às chamas. Em 14 de abril de 1883, realizou-se uma reunião extraordinária, a primeira depois do incêndio, para tratar da reconstrução do prédio e da aquisição dele. Na verdade, a aquisição total com a lavratura da escritura só ocorreu em 1905, quando era Venerável o Tenente-Coronel Comandante do 151º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, João José Alves Jr., então proprietário da Fazenda do Sobrado. Como todas as lojas maçônicas no País nessa época, a Loja Independência e Luz teve, também, participação ativa na

Abolição da Escravatura, inclusive libertando uma escrava em solenidade pública, durante uma festa de posse de diretoria. Na reunião de 24 de novembro de 1886, o maçom Luís Ariello, de nacionalidade italiana, membro da Loja, havia proposto a libertação de uma escrava no dia de posse da diretoria, como de fato ocorreu no dia 21 de dezembro de 1886, quando tomava posse, reeleito como Venerável- Mestre, Joaquim Adelino da Cruz, um dos fundadores da Loja. Na solenidade estiveram presentes 45 maçons, além de visitantes ilustres como o Dr. Adolfo Pereira Ponce de Leon, membro da Maçonaria do Rio de Janeiro, senhoras e familiares de maçons. Após a posse solene, todos os presentes se dirigiram ao salão de festas, onde se achava um conjunto musical, promovendo um modesto baile. A escrava libertada, de nome Tereza, serva do Sr. Manoel José da Costa, foi conduzida ao salão, recebendo ali das mãos do orador da Loja, Dr. Antonio Leite Ribeiro de Almeida, a sua alforria, que custou 200 mil réis, quantia alta para a época.

(Texto publicado originalmente no jornal “Memória Barramansense”, nº 13, de outubro de 2007)

Carlos Lacerda Seria Assassinado em Barra Mansa

Rozaan Silva

Em 24 de agosto de 1954 o Brasil inteiro ficou chocado com o suicídio de Getúlio Vargas. O fator preponderante para que esse triste episódio de nossa história ocorresse, foi o atentado sofrido por Carlos Lacerda, em 5 de agosto do mesmo ano, na rua Tonelero, em Copacabana. Lacerda era um dos mais ferrenhos adversários de Getúlio, e concorria na época ao cargo de deputado federal. Usava seu jornal, o “Tribuna da Imprensa”, para atacar de todas as maneiras o presidente, e fora ameaçado de morte algumas vezes. Adepto de suas idéias, um grupo de oficiais da aeronáutica prestava segurança a Lacerda durante seus comícios, voluntariamente. Naquela noite de 5 de agosto, o segurança da vez era o major Rubem Florentino Vaz, e o comício era realizado no pátio de um dos mais tradicionais colégios do Rio de Janeiro, o São José, situado na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Os autores do atentado foram o pistoleiro Alcino João do Nascimento e Climério Euribes de Almeida, pertencente à guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas. O crime foi cometido quase que amadoristicamente, e os criminosos deixaram muitas pistas, o que facilitou as suas prisões, e o conseqüente desfecho do caso. A primeira grande falha foi que, para chegar ao comício do Colégio São José, Climério chamou um taxi, que tinha seu ponto próximo ao palácio presidencial, e cujo taxista, Nelson Raimundo de Souza, costumava servir aos integrantes da guarda do presidente, e conhecia Climério. O crime iria ocorrer no Colégio São José, mas o taxista só chegou ao local quando o comício já tinha terminado, e eles seguiram então para a residência de Lacerda, na rua Tonelero, 180. Lá chegando aconteceu o tiroteio, que tirou a vida do major Rubem Vaz, feriu Lacerda e um guarda municipal de nome Sálvio Romeiro, que estava nas proximidades. No dia seguinte o taxista foi à polícia e contou o que sabia, facilitando a prisão de Climério, que depois entregou o pistoleiro Alcino, na realidade um marceneiro, mas que já havia cometido pelo menos um crime, a pedido de um amigo, José Antonio Soares, que disse a ele necessitar sua ajuda para matar um

homem que tentava seduzir sua mulher. Alcino aceitou a tarefa e no carnaval matou o suposto Don Juan, recebendo pelo crime cinco mil cruzeiros. José Antonio descobriu depois que Alcino matara o homem errado, mas nem por isso deixou de apresentá-lo a Climério, que o contratou para executar Lacerda por quinhentos mil cruzeiros. Durante as investigações, outra grave falha do plano veio à tona, quando a polícia descobriu que Gregório Fortunato, o chefe da guarda de Getúlio, dera cinqüenta mil cruzeiros para a fuga do grupo. Em 8 de agosto Gregório confessa sua participação no crime. Com isso a pressão sobre o presidente chegou a níveis muito altos. Lacerda aproveitou-se do episódio para aumentar seus ataques, e a população e os militares pediam a sua renúncia. Em um trágico gesto, Getúlio dá fim a sua vida, matando-se com um tiro no coração. A situação então se inverte, e os que clamavam por sua renúncia passam a lamentar sua morte. Enquanto a carta-testamento era transmitida pelos rádios, o povo tomou as ruas, revoltando-se contra os adversários de Getúlio. O jornal “Tribuna da Imprensa”, bem como outros ligados a adversários de Getúlio, foram empastelados e depredados pela multidão enfurecida. Carlos Lacerda fugiu para o exterior, tendo sido na época considerado o responsável direto pela morte do presidente. Controvérsias surgiram sobre o atentado, e são discutidas até os dias de hoje. Em uma entrevista, em 2004, o pistoleiro Alcino, com 82 anos então, declarou que o primeiro tiro que acertou o Major Rubem Vaz partiu do revólver de Lacerda. Foi dito também que Lacerda não havia se ferido, e forjou o ferimento, para dar mais comoção ao fato. Outra teoria é que as pistas foram deixadas propositalmente, para que se instalasse uma crise política, provocando uma renúncia de Getúlio. Nenhuma dessas teorias foi comprovada. Alcino foi condenado a 33 anos de prisão, tendo sobrevivido a duas tentativas de assassinato, e foi solto depois de cumprir 23 anos. Morreu aos 92 anos, em 2014. Gregório foi condenado a 25 anos, e morreu assassinado na prisão. Climério foi condenado a 33 anos, e também foi morto na prisão. José Antônio Soares pegou 26 anos, e o taxista Nelson Raimundo 11 anos. Getúlio Vargas não foi o mandante do atentado, mas pagou pelo que seus assessores fizeram. Em uma famosa declaração sobre o caso, disse: “Os tiros da rua Tonelero me acertaram pelas costas”.

O que poucas pessoas hoje sabem, é que Carlos Lacerda estava marcado para morrer em Barra Mansa, e não na rua Tonelero. Após ter sido apresentado a Climério Euribes de Almeida por José Antônio Soares, Alcino João do Nascimento foi levado por eles a Nova Iguaçu, para que conhecesse o homem que deveria ser assassinado, Carlos Lacerda, que estava realizando um comício naquela cidade. Decidiram então executar o crime no próximo comício, que aconteceria em Barra Mansa, no Sul Fluminense. No dia marcado, Alcino foi para a casa de José Antônio, em Cascadura, e logo depois chegou também Climério. Os três embarcaram às 17 horas no carro de José Antônio, com ele ao volante, e se dirigiram para Barra Mansa. A menos de cinco quilômetros do destino o carro enguiçou. Demoraram um pouco, mas conseguiram um reboque, e também um táxi, que levou Alcino e Climério para Barra Mansa. Chegaram a tempo de assistir ao final do comício, quando usava da palavra o próprio alvo, Carlos Lacerda. Alcino e Climério carregavam uma pasta de couro cada um, ambas com uma arma dentro, mas desistiram de cometer o atentado ali, porque não dispunham de carro para a fuga. Pernoitaram na cidade e, no dia seguinte, com o carro de José Antônio reparado, voltaram para o Rio de Janeiro. Devido à avaria ocorrida no carro, Carlos Lacerda escapou de ser assassinado em Barra Mansa, em 1954.

Referências Bibliográficas:

Inquérito Policial Militar - Setembro de 1954

O Início do GRECAB

Rozan Silva

Naquela quarta-feira, 30 de novembro de 1949, muitos barra-mansenses tinham um programa especial. Era meio da semana, não era feriado, mas estavam vestidos com suas melhores roupas, esperando para ver o espetáculo teatral que seria apresentado por um grupo de atores amadores. O local era o palco do Cine Palácio. E estava lotado!

Tudo havia começado um mês antes, quando o Sr. Arthur Chiesse, destacado cidadão de nossa cidade e entusiasta pelo teatro, havia inclusive fundado um grupo teatral em 1940 que não vingou, foi procurado pela esposa do Dr. José Neves Arantes, Dona Fausta Villena Arantes, que compunha junto com as Sras. Celia Millen Oliveira e Maria de Lourdes Meirelles a comissão do Natal dos Pobres, e precisavam levantar fundos para eles. Arthur de pronto abraçou a idéia, e convidou vários amigos para ensaiarem e apresentarem uma peça, com a renda revertida para a causa social. Lair Alexandre, Milton Carneiro, Evelyn Wardini, Anita Souza Araújo, Marta Magacho, Walkiria Corrêa, Celio Moreira, Jair Gomide, Estevão Gifoni, Hélio Couto, J. A. Dias, José Silva, a menina “Tutuca”, José Polastri, Antônio de Oliveira Leal, Alfredo Horta, José Lourenço, Antônio Elias Arbex, Joe Maleck e Américo Vespúcio Lacerda, sob a direção artística de Milton Carneiro, de pronto aceitaram o convite. A peça escolhida a ser apresentada era um drama, “O Mundo Não me Quis”, de autoria de A. Peres Filho, e que contava a história de um recém-nascido abandonado na porta de um mosteiro.

Ao fim da apresentação o público aplaudiu efusivamente, entusiasmado com o espetáculo e com a capacidade que aqueles cidadãos, que não eram atores profissionais, tinham demonstrado.

O objetivo do Sr. Arthur Chiesse foi cumprido com louvor. Na revista “Sinos de Barra Mansa” de novembro/ dezembro de 1949, órgão informativo das Associações Católicas, sob a direção de Isaltino Xavier, José Valiante e Arlindo Lopes Ferreira, foi publicado o balancete da peça, que rendeu Cr\$9.312,00. O dinheiro foi todo destinado ao natal do pobres da Escola Doméstica Cecília

Monteiro de Barros, o “Asilo das Órfãs”. Com esse dinheiro o Asilo adquiriu 1.070 vestidos, como comprova o agradecimento publicado na edição seguinte da “Sinos de Barra Mansa”.

Quando terminou a apresentação no Cine Palácio naquele dia 30 de novembro de 1949, o que ninguém imaginava, nem o Sr. Arthur Chiesse, nem os atores, nem os técnicos, nem o público presente, era que as cortinas permaneceriam abertas para o GRECAB por mais de 40 anos. Estava inaugurada uma nova era para o teatro, não só de Barra Mansa, mas de toda a região.

O sucesso foi tanto que começaram os pedidos de novas apresentações. Todos queriam ver novamente em cena aqueles atores barra-mansenses que, apesar de amadores, tinham se saído muito bem. Vieram as festas de fim de ano, o carnaval, mas as conversas em torno do assunto vira e mexe voltavam. Dentre os que se apresentaram no cine Palácio, estava Lair Alexandre, comerciante, mas um apaixonado por teatro, e que já era um ator amador com experiência. Ele era um dos mais entusiasmados com a continuidade do grupo, pois queria atuar. Seu currículo de ator amador já era respeitável na época. Lair havia se apresentado de 1936 a 1938, sob a direção de Alvaro Marques, nas peças “O Conquistador de Fantasma”, “Pecado dos Pais” e “O Segredo de Família”, no Cassino Bangú, e, sob a direção de Antonio Moraes Lopes, na Associação dos Sargentos do Exército em Juiz de Fora, de 1939 a 1947 atuou nas peças “Coitado do Xavier”, “Pense Alto”, “Ferro em Brasa”, “Chuvas de Verão”, “A Família Lero-Lero”, “Minha Sogra é da Polícia”, “Os Transviados”, “Os Maridos Atacam de Madrugada” e “O Ministro do Supremo”. Eram na sua maioria peças cômicas, e Lair foi um dos responsáveis por levar algumas delas para o GRECAB. Como todos também queriam que o grêmio continuasse, não foi difícil para Lair convocar e realizar a primeira reunião preliminar de fundação do GRECAB, que se realizou no dia 8 de maio de 1950. Essa ficou sendo depois a data oficial da fundação do GRECAB.

A reunião foi no Clube Marajoara, e compareceram a ela de acordo com a Ata os seguintes nomes: Lair Alexandre; José Neves Arantes; João Chiesse Filho; Jaime Leal; Antonio Nagib Arbex; Antonio de Oliveira Leal; Lair Alexandre; Luis Paulo Francischelli; Milton Carneiro; Arthur Chiesse; Fernando Ramos

Franco; José Polastri; Joe Maleck; Zulma Moreira Chiesse; Fausta Villela Arantes; Evelin Wardini; Jair Alves Gomide; Américo Vespúcio Lacerda; Anita Araújo e Lúcia Campbell, com o propósito de fundar e eleger a primeira diretoria do Grêmio. A presidência da reunião ficou a cargo de João Chiesse Lima, à época Prefeito de Barra Mansa, e este convidou para secretariar a ata Lair Alexandre. O nome escolhido em comum acordo entre alguns participantes era “Grupo Amador Dr. Neves Arantes, em homenagem ao Dr. José Neves Arantes e sua esposa D. Fausta, responsáveis pelo convite feito a Arthur Chiesse que resultou no espetáculo de 30 de novembro de 1949. O Dr. José Neves Arantes, que estava presente, recusou a honraria. O Sr. Jaime Leal propôs então que o grupo fosse denominado GRECAB- Grêmio Cultural e Artístico Barramansense, o que foi aceito por todos. Passou-se à eleição da primeira diretoria do GRECAB, que foi por aclamação, e ficou assim constituída: José Neves Arantes – Presidente; João Chiesse Filho - vice-Presidente; primeiro secretário - Jair Alves Gomide; segundo secretário - Antonio de Oliveira Leal; primeiro tesoureiro - Lair Alexandre ; segundo tesoureiro - Antonio Nagib Arbex ; diretor artístico -Arthur Chiesse.

Foi assim que começou o GRECAB, o grupo teatral amador de maior longevidade de Barra Mansa, que subiu aos palcos de nossa cidade e da região centenas de vezes, sempre destinando a renda para uma causa nobre, e cuja última apresentação foi em abril de 1992, com a peça religiosa “A Força do Perdão”.

Referências Bibliográficas:

Livro de atas do GRECAB

Revista Sinos de Barra Mansa

Produzido pela ABH
Academia Barramansense de História



Apoio Cultural do GREBAL
Grêmio Barramansense de Letras



